

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS DE ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

LEILIANE APARECIDA ALCANTARA FELIX

EDUCAÇÃO INFANTIL MARINGAENSE NAS DÉCADAS 1960 E 1970: ASPECTOS  
HISTÓRICOS

MARINGÁ  
2012

LEILIANE APARECIDA ALCANTARA FELIX

EDUCAÇÃO INFANTIL MARINGAENSE NAS DÉCADAS 1960 E 1970: ASPECTOS  
HISTÓRICOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado por Leiliane Aparecida Alcântara Felix como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Maringá.

Coordenação: Profa. Dra. Renata Marcelle Lara Pimentel

Orientação: Profa. Dra. Marta Chaves

MARINGÁ

2012

LEILIANE APARECIDA ALCANTARA FELIX

**EDUCAÇÃO INFANTIL MARINGAENSE NAS DÉCADAS 1960 E 1970: ASPECTOS  
HISTÓRICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual de Maringá como requisito  
parcial para a obtenção do título de Graduação em  
Pedagogia.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Marta Chaves (Orientadora)  
Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Dra. Aparecida Meire C. Falco  
Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Ms. Eloiza Elena da Silva  
Universidade Estadual de Maringá

*Dedico este trabalho aos meus pais, António Felix da Silva e Maria de Fátima Alcantara Felix da Silva por serem a luz dos meus dias e, com o suor de vossos rostos, proporcionarem-me a oportunidade de cursar e concluir um curso de graduação.*

*Dedico também, in memoriam, ao meu avô paterno José Felix da Silva, que a vida levou antes de ver sua neta professora. Mas, sua memória como exemplo vivo guiou-me até aqui, e continuara me guiando, pelo caminho que ele em vida trilhou, o caminho do amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado vida e saúde para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, a quem dedico amor e gratidão eternos e porque são meus anjos.

Aos meus irmãos Gilberto e Fernando, presentes que a vida me entregou.

Aos meus avós maternos Sidneia e Baltazar porque são exemplos de vida e porque os amo infinitamente.

A minha orientadora, professora e amiga Dra Marta Chaves, porque sonhamos juntos com uma nova sociedade e com uma Educação Infantil "encantante".

As minhas amigas queridas: Laís, Tauana, Talita, Lays, Andressa e Valéria, que apesar da distância nunca deixarão nossa amizade morrer, provando que amizade verdadeira existe.

As minhas amigas Maira e Renata, que estiveram ao meu lado nestes quatro anos de graduação, e porque somos verdadeiramente amigas para vida toda.

Ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil pelos momentos de estudo, alegria e amizade que vivemos juntos. E por terem me ensinado tanto e me tornado mais humana.

Aos professores do curso de Pedagogia, que tão bem contribuíram com minha formação acadêmica.

A toda equipe da Educação Infantil do SESC, sobretudo a Fabiana, por terem colaborado tanto com minha formação.

A turma de Educação Infantil 2 do SESC, agradeço aos meus 17 pequenos educandos, a vivência maravilhosa que tivemos juntos, de aprendizagem e de carinho.

A professora Dra. Maria Angélica Olivo Francisco Lucas e ao PIBID, por proporcionarem meu primeiro contato com a docência e com a contação de histórias.

Agradeço também as professoras Ms. Eloiza Elena da Silva e Dra. Aparecida Meire C. Falco, que gentilmente me deram a honra de participar de minha banca.

Enfim, agradeço a todos que, indiretamente ou diretamente, estiveram me ajudando nesta trajetória de escrita e de vida.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
1. INTRODUÇÃO.....	09
2. EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCURSO, TRAJETÓRIA E ELABORAÇÕES TEÓRICAS.....	14
2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDIAL.....	14
2.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NACIONAL.....	21
2.3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARANAENSE...35	
3. ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (1960-1970).....	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar qual era o cenário histórico da Educação Infantil Maringaense no período compreendido entre 1960 e 1970. Destacamos que a pesquisa tem como objetivo específico contribuir com as referências disponíveis aos acadêmicos do Curso de Pedagogia. Para atingir tais objetivos, realizaremos uma pesquisa de cunho bibliográfico. Consideramos que para analisar o período histórico compreendido pela pesquisa, devem-se considerar os aspectos econômicos e políticos vigentes naquele momento, isso em harmonia com a Ciência da História, o aporte teórico deste estudo. Com isso, a pesquisa se justifica pela importância de realizarmos estudos referentes à história da Educação Infantil, sejam elas no cenário mundial, nacional e no caso de nossa pesquisa regional.

**Palavras-chave:** Décadas de 1960 e 1970; Educação Infantil; Paraná; Maringá.

## ABSTRACT

The objective of this research is to investigate what was the historical scenery of the Primary Education in Maringá between 1960 and 1970. We highlight that the specific aim of this research is to add to the current references that are available to the undergraduates of Pedagogy. In order to achieve this, a bibliographical study is going on. We consider that in order to analyze the referred historical period, the economic and political aspects of that time, alongside with the History Science, should be taken into account. Thus, our objective is supported by the importance of analyzing the Primary Education History, either in a worldwide, national or local sense.

Keywords: 60s and 70s; Primary Education; Paraná; Maringá.

## 1. INTRODUÇÃO

*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras;  
o que importa é modificá-lo.*

*Karl Marx*

O interesse em desenvolver esta pesquisa se desenvolveu em meu espírito ainda nos primeiros anos de graduação, quando ingressei no Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEEI) e tive a oportunidade de estudar, junto com meus pares, temáticas afetas à Educação Infantil, Formação de professores, Teoria Histórico Cultural e ao Marxismo.

Meus primeiros estudos relacionados à Educação Infantil se deram nas vivências da graduação em Pedagogia e também em atuação no GEEI. E dessa forma, já nos primeiros anos, perguntava-me qual seria o tema de minha pesquisa de conclusão de curso. A escolha por esta que agora realizo, deve-se ao novo sonho, sonho este coletivo, o de uma Educação Infantil “encantante” para todas as crianças. E porque não conhecer a história dessa instância educativa, para então, romper com as marcas obscuras que permeiam o passado da institucionalização da Educação Infantil do cenário mundial ao regional, e ao menos sonhar, com uma Educação Infantil que promova a aprendizagem e desenvolva as máximas habilidades dos indivíduos.

A partir da Constituição Federal de 1988 a Educação Infantil passou a receber mais atenção do Poder Público e da sociedade civil. Após esse documento, foram estabelecidos os direitos da criança e do adolescente e os Conselhos Tutelares, destinados a resguardar os aludidos direitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) apresenta a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, fator que tem contribuído para que esse nível de ensino seja alvo de discussões em todo o país e de políticas públicas voltadas às necessidades desse segmento educacional. Sobre o reconhecimento social e político da Educação Infantil, vejamos na letra da lei:

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação básica. (BRASIL, 2006. p. 7)

Ainda acerca dessa temática Lara e Moreira (2012) escrevem:

Neste novo milênio, o atendimento a infância caracteriza-se por ser objeto de preocupação mundial. É discutido pelas nações de forma articulada e com vista ao futuro, e é orientado conforme os interesses do capital transnacional. A compreensão desse fenômeno se dá por sua articulação com as demandas da dinâmica da mundialização do capital. (p.34)

Relatos históricos como os encontrados nos escritos de Moysés Kuhlmann Jr. (2000), demonstram que a Educação Infantil se fez presente no Brasil, muito antes de a legislação se preocupar com ela. Muitas instituições, já no século XIX, ocupavam-se de receber as crianças pequenas e pequeninas, no período de trabalho de vossos pais. Essas instituições estavam muito atreladas ao assistencialismo e a ideia de que a elas cabiam apenas cuidar das crianças.

Como a título de exemplo, alguns registros históricos, elencados no artigo de Cardoso Filho (2006), “*O primeiro Jardim de Infância do Brasil (1862): um lugar de memória*” comprova que em 1862 foi inaugurado em Castro-PR, o primeiro jardim de infância do Brasil. Fundado por Emilia Erichsen, fortemente influenciado pelas ideias do pedagogo europeu Friedrich Froebel (1792-. 1852).

Considerando essas informações nos pautaremos, nesta pesquisa, em levantar aspectos históricos iniciais acerca da Educação Infantil no município de Maringá, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, ou seja, antes da mesma ser instituída por lei. Esta pesquisa irá compor uma de caráter mais abrangente, que visa elencar aspectos históricos da Educação Infantil Maringaense, entre as décadas de 1960 e 1970.

Consideramos que as pesquisas relacionadas à Educação Infantil Maringaense, ainda se encontram em estágio embrionário, e poucas são as investigações que tratam dos aspectos históricos dessa modalidade de ensino.

Acerca das pesquisas referentes à educação como um todo no município nas décadas que serão pesquisadas, encontramos algumas. Destacamos uma de autoria de Hegeto e Shelbauer (2008), na qual tratam da institucionalização da escola normal no município, compreendendo em sua pesquisa a década de 1960. Destacamos também o texto de autoria de Pasquini e Periotto (2006), no qual são ressaltados traços da influência da igreja católica entre os períodos de 1960 e 1970 nas relações pessoais, inclusive na educação vigente naquele momento.

Pasquini e Periotto (2001) tratam em sua elaboração “*Fontes para a história da educação Maringaense: a influência da igreja católica nas décadas de 1960 e 1970,*” do papel fundamental na formulação de ideias católicas e elitistas no campo educacional que se concretizou na cidade de Maringá, desde a institucionalização das primeiras escolas no recém-

fundado município do norte do Paraná. Para o desenvolvimento da pesquisa, as autoras lançaram mão de fontes oriundas da imprensa local, que mantinham periódicos em circulação no período pesquisado. Por meio da pesquisa, uma das conclusões das autoras foi a de que a imprensa vigente no momento era fortemente manipulada pelo clero local. A mesma era utilizada como meio de transmissão de ideias burguesas que refletiam na educação oferecida de forma expressiva.

As autoras tratam também, em seu trabalho, das dificuldades encontradas em se conseguir fontes para pesquisas que busquem compreender melhor esse período histórico da cidade de Maringá. As fontes jornalísticas, segundo as autoras, estão em péssimo estado de conservação e são de difícil acesso. No que concerne às fontes orais (entrevistas, depoimentos), elas são dificultadas por se tratar esse de um período de ditadura militar, e que para muitos pioneiros é marcado por extrema dor. Essa mesma dificuldade também foi vivenciada por nós, ao realizar este trabalho. Isso pela dificuldade ao acesso de fontes escritas e humanas que se referem a esse período e devido à falta de preservação dos documentos que se remetem a essas décadas.

Já Hegeto e Shelbauer (2008), abordam em seu artigo “*História da escola normal secundária em Maringá entre as décadas de 1950 e 1960,*” aspectos referentes à história da formação de professores em Maringá, na Escola Normal Secundária, de ordem pública e privada no período delimitado de 1950 a 1960, dos colégios Instituto de Educação de Maringá (público) e Santa Cruz (privado). As autoras utilizaram como fonte de pesquisa a análise documental e bibliográfica. Analisaram entrevistas semiestruturadas feitas com professores e ex-alunos que tiveram vivências no curso normal no período pesquisado.

Ao realizar a pesquisa de textos para a elaboração do presente texto, foi possível perceber que poucas são as investigações que apresentam algo de específico sobre a história da Educação Infantil Maringaense nos bancos de dados científicos (banco de teses e dissertações).

Para a realização da pesquisa proposta partimos de algumas indagações: Quais eram as práticas pedagógicas relacionadas à Educação Infantil Maringaense no período pesquisado? Quais lugares ofereciam educação infantil no município? Quem ocupava o magistério nesse período? Para qual público era ofertado? Como se estabeleceu no município? Vindo a atender quais necessidades? Sob quais influências? Não conseguimos responder a todas as indagações. Porém, elas foram mobilizadoras para nossa pesquisa, pois acreditamos que tais

perguntas foram pertinentes e busca responder, de forma substancial, qual era o cenário da Educação Infantil Maringaense nas décadas de 1960 e 1970.

Para a realização deste trabalho temos um pressuposto a seguir, sendo este um o estudo do contexto histórico pelo qual o mundo, o país, o Estado e o município passavam no período estabelecido por nossa pesquisa. Pois temos a consciência de que não se entende a educação de um determinado período/lugar, sem antes compreender/conhecer quais eram os aspectos políticos, econômicos e históricos vigentes naquele momento. Partimos do ideal de que nada acontece fora da história, em algum espaço vazio ou histórico. Os fatos conhecidos por nós ocorrem numa dinâmica econômica e política, e só se configuram como tais devido ao contexto em que estão inseridos. Esse entendimento nos foi dado por meio dos estudos realizados acerca do materialismo histórico ou ciência da história.

Compreendemos ser a Ciência da História o referencial que explica a existência social humana. Os pressupostos desse referencial nos indicam que a educação não se explica por si só, e que só é possível compreendê-la se considerarmos a totalidade, ou seja, toda a sua história.

É por essa razão que a Ciência da História considera que nenhum fenômeno pode ser compreendido se for considerado isoladamente, fora dos fenômenos que os rodeiam, pois assim ele é convertido em algo sem sentido. Mas, ao considerarem-se as condições que os rodeia, o mesmo é compreendido e justificado.

A Ciência da História ou Materialismo Histórico Dialético foi elaborada por Karl Marx<sup>1</sup> e Friedrich Engels<sup>2</sup>, a partir da publicação do Manifesto Comunista<sup>3</sup>, 1848. Porém,

---

<sup>1</sup>Karl Marx (1818-83) foi um dos homens que mais influenciou o mundo e o curso da história. Nascido na Alemanha, esse filósofo social foi um dos maiores pensadores de todos os tempos. Karl Marx e seu colega Friedrich Engels são considerados os fundadores do comunismo e do socialismo moderno. Juntos, eles escrevem, entre outras obras, O Manifesto Comunista (1848). Karl Marx influenciou e revolucionou a teoria econômica e social do século XX. (ENGELS, F. MARX, K. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins, 2001)

<sup>2</sup>Friedrich Engels (Barmen, 28 de novembro de 1820 — Londres, 5 de agosto de 1895) foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o Manifesto Comunista. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de O Capital, principal obra de seu amigo e colaborador. (ENGELS, F. MARX, K. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins, 2001)

<sup>3</sup>O Manifesto Comunista, originalmente denominado Manifesto do Partido Comunista (em alemão: Manifest der Kommunistischen Partei), publicado pela primeira vez em 21 de Fevereiro de 1848, é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Comissionado pela Liga Comunista e escrita pelos teóricos

antes disso, em 1847, Marx já apresentava em sua obra “A miséria da Filosofia”<sup>4</sup>, da referida teoria.

Considerando esse referencial teórico, o presente estudo inicial pretende priorizar uma investigação bibliográfica, a análise documental e a realização de um levantamento de dados históricos, com o propósito de compreender o discurso político a partir dos determinantes econômicos e políticos. Ou seja, estabelecer uma relação entre as necessidades postas na organização para o trabalho e as proposições afetas à educação, particularmente à Educação Infantil.

Este texto, resultado da pesquisa desenvolvida, encontra-se organizado da seguinte forma: inicialmente descrevemos o contexto histórico da Educação Infantil no cenário mundial, nacional e paranaense; na segunda seção nos ocupamos em detalhar o contexto histórico da Educação Infantil Maringaense, dando principal destaque as décadas de 1960 e 1970. E por fim, apresentamos algumas considerações finais que julgamos importantes para este texto.

---

fundadores do socialismo científico Karl Marx e Friedrich Engels, expressa o programa e propósitos da Liga. (ENGELS, F; MARX, K. Manifesto Comunista. Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003).

<sup>4</sup>A Miséria da filosofia, a resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon, é um livro escrito em 1847 por Karl Marx e publicado em Paris e Bruxelas. Nele Marx critica a Economia e Filosofia de Pierre-Joseph Proudhon fazendo uma ironia com o subtítulo da obra do adversário. É um trabalho pequeno de volume único. (MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Mandacaru, 1990).

## 2. EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCURSO, TRAJETÓRIA E ELABORAÇÕES TEÓRICAS

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDIAL

De acordo com nosso pressuposto teórico, consideramos que para compreender todo e qualquer fenômeno relacionado à Educação Infantil, devemos primeiramente conhecer qual foi a origem de sua institucionalização, que ocorreu na Europa no século XVIII. Para que dessa maneira, possamos compreender como se desenvolveu a Educação Infantil nos seus primórdios e a fim de atender à quais objetivos.

Acreditamos que não se pode estudar a Educação Infantil de determinado período de forma fragmentada, sem considerar os aspectos econômicos e políticos. No que concerne às instituições de Educação Infantil, a literatura apresenta como característica primordial o caráter assistencialista, que teve a origem de sua institucionalização no século XVIII na Europa, e predomina até os dias atuais em muitas instituições de ensino.

Antes do século XVII a sociedade não apresentava grandes preocupações com a educação das crianças, elas eram vistas como adultos em miniaturas. Não se havia estabelecido o conceito de infância e não havia a preocupação em se educar as crianças, ela era mantida em estreito contato com a prática dos adultos. E foi no século XVII que os primeiros homens começaram a se preocupar com a educação dos pequenos, entre eles destacamos: João Amós Comênio (1592-1657), em seu livro “A didática magna”, no capítulo XIX, ele apresenta o conceito de infância como período compreendido do nascimento até os seis anos. Para Comênio, a responsabilidade em educar as crianças até essa idade era de seus pais, o que representou uma grande mudança de paradigma, pois até aquele momento o pensamento vigente era de que os pais não possuíam essa responsabilidade. Ele foi um dos primeiros pensadores que chamou à atenção para a importância dessa idade para o desenvolvimento do indivíduo.

No século XVIII, com a Revolução Burguesa, havia a necessidade da elaboração de novos métodos educacionais para se atender a nova ordem social. Com a mudança do sistema social, que deixava de ser feudal e passava a ser capitalista, a família como instituição social teve a necessidade de se reorganizar. As famílias deixavam de se organizar em volta do meio agrário e passavam a trabalhar nas fábricas. Só conseguiriam meios de subsistência se

vendessem sua força de trabalho para os possuidores dos meios de produção. (BRAVERMAN, 1981)

Acerca dessa temática, Braverman (1981) afirma que quando um novo sistema social se estabelece, as condições de vida anteriores são destruídas. Quando a sociedade capitalista se afirma como a nova organização social vigente, as práticas de autoabastecimento das famílias não mais atendem as necessidades de sobrevivência dos mesmos. A instituição familiar tende a se reorganizar de acordo com as novas exigências do meio em que vivem, integrando-se ao trabalho fabril. Nesse contexto, desenvolve-se uma nova preocupação: como adequar os filhos pequenos, que ainda não se configuram como força de trabalho, a essa novíssima realidade.

Na lógica capitalista de produzir mais, gastando menos, as mulheres tornam-se a mão de obra ideal para as fábricas europeias, por se constituírem como uma mão de obra barata. Sendo assim, as mulheres da classe trabalhadora eram destinadas ao trabalho, sobretudo ao fabril, enquanto as mais abastadas financeiramente se dedicavam ao lar e aos filhos. Cabe ressaltar que nesse período as mulheres, mesmo as possuidoras de bens, eram afastadas dos bancos escolares. Com isso, muda-se o modo de cuidar das crianças, que antes era de responsabilidade exclusiva das mães. Paschoal e Machado (2010) alegam:

O nascimento da indústria alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres (p.03).

Com a atuação das mulheres no mercado de trabalho, desenvolve-se a necessidade de existir lugares onde as crianças, sobretudo as com poucos anos, possam ser deixadas, ao menos nos momentos em que suas mães estão nas fábricas. Essa necessidade não foi atendida imediatamente, o que ocasionou um grande número de mortes de crianças, dada a vulnerabilidade das mesmas, e a necessidade extrema dos cuidados maternos ou familiares.

Com isso se institucionalizam as primeiras creches com o intuito de abrigar as crianças enquanto suas mães estavam nas fábricas. As primeiras creches se instituem da necessidade do novo sistema social que alterou a organização familiar.

Podemos dizer que a instituição das creches está intimamente relacionada com o desenvolvimento da sociedade capitalista, pois se tornou necessário atender as crianças dos primeiros meses aos seis anos, filhos de mães e pais operários que trabalhavam nas fábricas. Esses lugares na Europa do século XVIII e XIX eram chamados de “Asilos”. As crianças

recebiam abrigo e alimentação enquanto seus pais estavam trabalhando. Essas instituições também recebiam crianças abandonadas, que estavam nas ruas européias morrendo de fome e frio. Com esta dinâmica se firmava o propósito de edificar as instituições prioritariamente para atender a lógica do capitalismo.

As primeiras iniciativas de uma instituição que atendesse aos menores de seis anos foram registradas no século XVIII, estavam relacionadas à filantropia e era de responsabilidade de entidades religiosas. Marcada pela precarização, abandono e pobreza, desenvolvem-se assim, as primeiras instituições que visavam atender as crianças.

A preocupação das famílias pobres era sobreviver, sendo assim, os maus tratos e o desprezo pelas crianças tornaram aceitos como regra e costume pela sociedade. As mazelas contra a infância se tornaram comuns, que por filantropia, algumas pessoas resolveram tomar para si tarefa de acolher as crianças desvalidas que se encontravam nas ruas. A sociedade aplaudiu, uma vez que todos queriam ver as ruas limpas do estorvo e sujeira provocados pelas crianças abandonadas. (PASCHOAL E MACHADO, 2010, p.3).

Com a mudança do sistema social, o entendimento acerca da criança e da infância se modifica. Enquanto as crianças pobres necessitavam “apenas” de um lugar para ficar, para não morrerem nas ruas frias da Europa. Os planos para os filhos da burguesia eram outros. Há que se prepará-los para que garantam a acumulação futura de capital e garantam assim, o tão esperado e anunciado futuro das nações.

Apesar do caráter essencialmente assistencialista, que possuía as primeiras instituições de atendimento as crianças pequenas, alguns homens ainda no século XVIII se ocuparam de pensar e propor educação aos indivíduos menores de seis anos. Ocuparemos-nos aqui de nomear alguns homens, que sem dúvida contribuíram substancialmente com a Educação Infantil da época e com a vigente atualmente. Eles defendiam a educação como direito de todos, onde a base do ensino era a criança. Para tanto, valeremos-nos dos estudos e escritos realizados pela Doutora em Educação Ordália Alves de Almeida<sup>5</sup>, atualmente professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Utilizaremos aqui os estudos de Almeida, pois a mesma dedicou sua vida acadêmica aos estudos referentes

---

<sup>5</sup> Ordália Alves de Almeida Possui graduação em Pedagogia - Magistério da Pré-Escola, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1984), Mestrado em Educação - Fundamentos da Educação, pela Universidade Federal de São Carlos (1994) e Doutorado em Educação - Metodologia do Ensino, pela Universidade Federal de São Carlos (2001). Realizou Pós-Doutoramento na área da Sociologia da Infância, no Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho, Braga/Portugal, sob a orientação do Prof. Dr. Manuel Sarmiento, no período de Janeiro de 2008 a Fevereiro de 2009. É professora Associada II da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação da Infância, atuando principalmente na formação de professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordena o PROINFANTIL MEC/UFMS nos Estados de Alagoas, Mato Grosso do Sul e Sergipe. Coordena o curso de Especialização em Educação Infantil MEC/UFMS. (Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706860P4>)

à Educação Infantil, e no caso do trabalho que utilizamos nesse texto, descreve com precisão de detalhes sobre os intelectuais que, desde o século XVII vem se destacando por pensar em uma nova proposta de Educação Infantil, pautada na aprendizagem e não no assistencialismo. Com isso as informações acerca dos pensadores mundiais da Educação Infantil, apresentadas neste texto, foram encontradas nos trabalhos de Almeida (s/d) e de outros pesquisadores que referenciaremos no decorrer deste trabalho. Realizamos essa escolha, pois Almeida ao relatar a vida dos pensadores chama a atenção para o contexto histórico em que a vida dos mesmos estava inserida. Acerca dessa temática Prestes (2010) afirma:

Para sabermos como um pensador criou e inovou em seu campo de atuação é importante conhecer a época em que viveu, o contexto social e histórico do mundo e de seu país, seus círculos de amizade e de seus colaboradores, enfim, sua trajetória de vida e até mesmo, como diz A. N. Leontiev, a sua personalidade (...). Seria impossível avaliar o desenvolvimento de um pensamento fora do tempo, fora dos fatos... (p. 27)

Destacamos aqui obra de Jean Jacques Rousseau (1712-1772), ele afirmou que existe sim um período na vida do indivíduo a qual nomeamos de infância, em que ele não deve ser considerado como um miniadulto, pois tem características e necessidades específicas. Sua concepção acerca da educação se encontra primordialmente em seu livro “Emilio”, publicado no ano de 1762. No livro Rousseau estrutura a educação que acredita que os indivíduos deveriam ter acesso. Para tanto, ele usa como meio a aluno fictício “Emilio” e planeja sua educação do nascimento até os vinte e cinco anos, sendo a obra dividida em cinco partes. No volume I abordava a educação até os dois anos, e no volume I, trata da idade de dois aos doze anos. Ele chama muito à atenção para a vulnerabilidade das crianças. (ALMEIDA, 2002)

Segundo Almeida (2002), outro importante homem que pensou sobre a educação para as crianças no século XVIII foi Johann Heinrich Pestalozzi (1796 -1827), conhecido como o educador da humanidade. Segundo Pestalozzi, a criança deveria aprender de modo natural e intuitivo. Propunha um ensino baseado nas experiências e nas vivências. Apesar do início dos estudos de Pestalozzi datar do século XVIII, ele foi grande influenciador das ideias acerca da Educação Infantil no século XIX.

No século XIX o cenário social se mantém e se amplia na Europa capitalista. É nesse cenário que, na Alemanha, Friedrich Froebel (1782-1852) desenvolveu seu ideário de educação para as crianças. A pesquisadora Alessandra Arce (2002), descreve detalhadamente em seu artigo “Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins de infância” o cenário em que Froebel nasceu, e que influenciou ideias acerca da Educação Infantil:

[...] filho do pastor luterano Johann J. Froebel e de Jakobine E. Hoffman nasceu aos 21 dias de abril de 1792, na vila de Oberweissbach, no principado de Schwarzburg-Rodolstadt, região sudeste da Alemanha, e viveu até o ano de 1852. Parte de sua vida transcorreu, portanto, durante o período histórico caracterizado por Eric Hobsbawm (1996) como “A Era das Revoluções” (1789-1848), época da história européia marcada por guerras e revoluções, tais como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, as Guerras Napoleônicas, e finalmente, encerrado o período, as Revoluções de 1848. A “Era das Revoluções” foi também a “Era das Contra Revoluções”: a burguesia precisava ser revolucionária ao lutar contra o feudalismo, mas precisava ser contra revolucionária, conservadora, ao lutar contra o proletariado e os camponeses. Esse período histórico foi marcado por profundas contradições, por uma complexa correlação de forças de luta, por uma grande heterogeneidade quanto aos avanços e retrocessos no campo econômico, político e sociocultural. (p.1)

Froebel é considerado por Arce (2002) um educador que baseou seus métodos em sua experiência de vida. Sendo assim, é nomeado como um praticista e defendeu a ideia de que se “aprende fazendo”. Ele é conhecido por ser o criador do jardim de infância, em alemão *kindergarden*. O Primeiro Jardim de Infância foi fundado no ano de 1837, em *Blankenburg*. A teoria de Froebel foi elaborada de acordo com o seu idealismo, inspirada no amor a criança e a natureza. O Jardim de Infância se caracteriza como um lugar onde as crianças poderiam aprender sobre sua própria existência e sobre o mundo.

Ele nomeou assim, as instituições de atendimento as crianças menores de seis anos. Devido a sua defesa de que a infância é como uma planta que deve receber muito cuidado e atenção para que possam crescer, estando elas no “jardim” já não crescem de maneira natural, mas sim, são moldadas pelas mãos do jardineiro. Ainda de acordo com Arce, para Froebel os adultos devem ser os jardineiros e a eles cabe educar as crianças. Froebel faleceu em 1852, estando seus Jardins de Infância proibidos em toda a Alemanha. Apenas no ano de 1860 na Prússia, os Jardins de Infância são liberados e com isso, as proposições de Froebel se espalham por toda a Europa e também pela América. (ARCE, 2002)

Vale lembrar aqui que nos períodos compreendidos entre a primeira e a segunda guerra mundial, as discussões acerca da educação que se deveria oferecer às crianças ficaram em segundo plano. Esse período ficou conhecido como a época dos massacres, pois nunca antes se matou tanto em grande escala, como nos conflitos ocorridos naquele momento histórico. Eric Hobsbawm denomina esse período histórico como a Era dos Extremos.

Porém, na transição do século XIX para o século XX, ocorreram algumas mudanças significativas no campo da educação. As escolas públicas passam a ser laicas, rompendo com o domínio empregado pela igreja durante séculos. Data desse período também o movimento

chamado “Escola Nova”, que defendia a mudança do sistema de ensino que se opunha os métodos tradicionais vigentes. (ALMEIDA, 2002)

E foi nesse contexto histórico que a médica italiana Maria Montessori (1870-1952), de acordo com Almeida (2002), destacou-se entre os pensadores que se preocuparam com a Educação Infantil. Vale ser lembrado que em um meio permeado por pensadores masculinos, Montessori rompeu com a tradição masculina e se destacou como uma das primeiras figuras femininas no campo da Educação Infantil. Era médica pela Universidade de Roma. Começou a se dedicar às crianças, no caso às deficientes, quando tinha 25 anos de idade, na referida Universidade. Seus primeiros estudos diziam respeito à educação de crianças com necessidades especiais, após estendeu para crianças normais.

Sua primeira experiência com instrução de criança sem deficiência foi no ano de 1907, quando organizou uma sala para atender filhos de famílias carentes, o qual nomeou de “Casa das Crianças”. Segundo Montessori, não eram locais apenas de educação, mas sim, de vida que visavam promover a formação plena dos pequenos. Essa casa abrigava crianças pobres, filhos de pais que não possuíam empregos. Para fundamentar suas ideias acerca da educação das crianças, estudou filosofia e psicologia. (ALMEIDA, 2002)

Havia em Montessori uma preocupação voltava para o biológico infantil. Porém, não deixou de se atentar com o psicológico e com o meio social em que estavam inseridos às crianças. Para tanto, desenvolveu instrumentos didáticos que eram promotores do desenvolvimento tanto físico, quanto intelectual das crianças que estavam em sua instituição educacional.

Outro expoente que consideramos importante dar destaque neste texto é Celéstin Freinet (1896-1966). Freinet nasceu na França, mas seus ideais de educação se espalharam por todo o mundo. Viveu sua infância e adolescência nos Alpes franceses, em um meio estritamente rural, marcado pela produção artesanal, vida e valores do homem do campo, em meio às belas paisagens do interior francês. Sua vivência iria influenciar sua proposta educacional. Ele foi educador primário, ou seja, não trabalhou com as crianças de até seis anos de idade, o que corresponde atualmente à Educação Infantil. Mas, alguns estudiosos de sua obra, tais como Almeida (2002), afirma que ao ler a obra completa de Freinet, fica claro que ele se preocupou com as crianças em idade pré-escolar.

Segundo Freinet, a educação deveria romper os muros escolares e ir para o meio social, bem como propiciar vivências que gerassem cooperação e atividades coletivas. Ainda de acordo com Freinet, os recursos utilizados com a educação das crianças deveriam ser os

mais elaborados a fim de propiciar um novo espírito no meio escolar, diferente do que estava posto. A criança deveria se sentir como sujeito ativo de seu processo de aprendizagem. (ALMEIDA, 2002)

Com o que foi exposto até o momento, é possível perceber que a Educação Infantil se desenvolveu intimamente relacionada com a instituição do novo sistema social, o Capitalismo. Tendo em sua maioria o objetivo de oferecer assistência aos filhos das classes trabalhadoras, para que estes pudessem desenvolver bem suas atividades fabris. Apesar desse cenário fortemente marcado pelo assistencialismo, alguns homens se destacaram ao pensar em uma educação que contribuísse para o desenvolvimento das crianças de até seis anos, o que questionava a ideia de que as creches eram apenas lugar de cuidar das crianças. Kulmann Jr. (2000) afirma que já se havia por parte de alguns a preocupação pedagógica. Cita como exemplo a “Escola dos principiantes” ou “Escola de tricotar”, criada pelo pastor Oberlin, na França, em meados de 1769 para crianças de dois a seis anos de idade. Esse pastor criou apenas um programa de passeios, trabalhos manuais e histórias contadas com gravuras, nos quais suas escolas de tricô tinham como objetivo, por meio do trabalho de mulheres da comunidade, tomar conta de crianças, ensinando-lhes a ler a bíblia e a tricotar.

No Brasil as primeiras tentativas de se institucionalizar um sistema educacional voltado às crianças pequenas se iniciaram apenas no século XIX. Acerca disso, discorreremos no próximo item deste trabalho.

## 2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NACIONAL

No século XIX a Europa já conhecia um novo sistema econômico, o capitalismo, que impregnou nos homens ideais de igualdade e liberdade, que já vinham se afirmando desde o processo de insurgência das relações burguesas, até se confirmarem de modo definitivo na Revolução Francesa. As aspirações burguesas de liberdade estavam ligadas à necessidade da burguesia de criar condições mais alargadas de comércio e produção, bem como de estabelecer relações comerciais com outras nações e povos sem os empecilhos impostos pela aristocracia. Para tanto, a burguesia teve que empreender uma enérgica luta em busca da consolidação das transformações que operava nas relações sociais de produção então vigentes, buscando a igualdade perante o trabalho, a ponto de destruir a visão de trabalho como contrária à natureza humana e torná-lo como fundamento e princípio da igualdade entre os homens. (NISKIER, 1996)

Nesse cenário de transformações e de trocas realizadas em termos mundiais, a França, comandada por Napoleão Bonaparte, invadiu Portugal como parte do plano de ampliar os domínios franceses, o que fez a família real portuguesa e a corte fugirem para o Brasil, a sua colônia mais produtiva. Portugal enfrentava ameaças de invasão em seus territórios, pois se manteve como fiel aliado da Inglaterra. Ainda realizando comércio com a mesma, apesar de aparentemente aceitar o bloqueio imposto pela França. Além de se encontrar em franca decadência econômica, já que ainda vivia em regime absolutista, e o capitalismo ainda não havia penetrado totalmente em seu território, ao contrário da Inglaterra, país com o qual Portugal mantinha alta dívida financeira. A família real portuguesa realizou a fuga sob a proteção da Inglaterra e, em troca, abriu os portos dos domínios portugueses às mercadorias inglesas. (NISKIER, 1996)

Em janeiro de 1808 a família real, funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas à corte portuguesa, além de muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor, desembarcam em terras brasileiras, trazendo com eles mudanças que seriam expressivas ao Brasil.

Ao chegar ao Brasil, D. João VI encontrou a educação brasileira sem um sistema de ensino estabelecido. Tal situação da educação deu-se devido ao insucesso das reformas pombalinas. Após a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, não houve outra forma

institucionalizada de educação dentro das reformas pombalinas. A educação brasileira passou de um sistema unificado de ensino, para um ensino fragmentado, com aulas isoladas e professores despreparados, visto que o sistema de aulas régias ou avulsas revelou-se insuficiente e inadequado para atender o contingente necessário para o momento. Apenas a elite tinha acesso à educação, as demais classes da sociedade estavam destituídas de qualquer forma de aprendizado.

Depois de três séculos de posse do Brasil pelos portugueses não se havia consolidado um sistema de educação que se pudesse aceitar como razoável ou até mesmo como paliativo para as necessidades do país no campo da instrução pública primária e secundária. (NISKIER, 1995, p.78).

As primeiras medidas tomadas por D. João em relação à educação no Brasil, diziam respeito à educação secundária que vinha para atender os filhos da elite, que já haviam aprendido as primeiras letras, permanecendo a organização do ensino por meio de aulas régias. Mais uma vez somente a elite tinha acesso à educação. As classes desprovidas de recursos financeiros, para pagar pelas aulas régias, encontravam-se sem acesso garantido ao ensino, nem mesmo ao mais elementar. Não havia a preocupação em se educar as classes menos favorecidas socialmente. Confirmando-se assim, o caráter elitista que a educação brasileira estava assumindo nesse momento histórico. O jornal *O Universal* (1925) anunciava:

[...] o sistema de educação elementar, que se tem seguido no Brasil, deste seu descobrimento, tem sido mui dispendioso, e mui delimitado; ainda sem notar outros defeitos, que de tempos em tempos se tem conhecido, e se tem tentado remediar com algumas providências oportunas. (apud FARIA FILHO, 2000, p.(?))

Nesse período já havia reivindicações para que a educação atendesse a população em geral e não só os filhos da elite. Os filhos dos homens livres, mas que não pertenciam à camada superior, os pobres, não tinham nenhum acesso à instrução elementar.

As primeiras escolas de primeiras letras no Brasil significam também as primeiras tentativas de estruturação da legislação da educação pelo Estado imperial. Havia certa preocupação em permitir aos mais pobres conhecimentos básicos, como ler, escrever e contar. Mesmo com um novo método de ensino proposto, e garantido por lei, a educação não era acessível a todos.

E é nesse cenário que as primeiras instituições educativas para crianças menores de seis anos se institucionalizaram. Em meados do século XIX, as creches no Brasil foram

instituídas apenas com o caráter assistencialista, com o objetivo de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e viúvas sem apoio. Era nos orfanatos que as crianças órfãs e abandonadas ficavam. Geralmente eram filhos da corte, de mulheres que se envergonhavam dos filhos indesejados, na maioria mães solteiras.

Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar (PASCHOAL e MACHADO, 2009 p.82)

As famílias abastadas tinham posses para pagar cuidadoras para as suas crianças. Já as famílias pobres, de mães trabalhadoras, urgiam de uma instituição que acolhesse seus filhos por tempo integral e que fosse gratuita.

No século XIX, com o fim da escravidão no Brasil, o índice de mortalidade infantil era alarmante. Algumas medidas foram tomadas, como o trabalho feito pelas casas de misericórdia, que recebiam as crianças abandonadas por meio da roda dos expostos. Algumas creches também foram fundadas para atender as crianças pobres, em sua minoria pelo poder público, e na maioria por entidades filantrópicas.

Apesar do caráter assistencialista das creches, percorria no Brasil um discurso de que o jardim de infância contribuiria com o desenvolvimento infantil. Porém, os discursos que mais marcaram a instituição das creches e do jardim de infância no Brasil, no fim do século XIX e início do século XX, foram os de médicos higienistas, religiosos, jurídico-policial, que defendiam a criação das mesmas para diminuir o índice de mortalidade infantil. Nesse período, foi criado o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que tinha como objetivos não só atender às mães grávidas pobres, mas dar assistência aos recém-nascidos, distribuição de leite, consulta de lactantes, vacinação e higiene dos bebês. Foi considerada umas das entidades mais importantes, mormente por ter expandido seus serviços por todo o território brasileiro. Outra instituição importante criada nesse ano foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, este precedeu, em 1919, a criação do Departamento da Criança, que tinha como objetivo não só fiscalizar as instituições de atendimento à criança, mas combater o trabalho das mães voluntárias que cuidavam, de maneira precária, dos filhos das trabalhadoras. (KUHLMANN Jr., 1998).

Outros fatores decisivos para a instituição das creches no Brasil foram o início da industrialização no país, a chegada de imigrantes vindos da Europa e o início do trabalho feminino. Com isso, o movimento operário ganhou forças e a reivindicação por um lugar para deixar os filhos era grande. As conquistas alcançadas foram resultados de muita luta e conflito.

Já no século XX, com o aumento da industrialização, a mulher da classe média também ingressa no mercado de trabalho. Crescem as reivindicações de que as creches atendam, não só os filhos dos pobres, mas também os filhos da classe média. Esse movimento proporcionou o aumento no número de instituições de educação infantil no país.

Kuhlmann Jr. (2000) afirma que:

Depois, do período da República, criam-se as primeiras instituições, chegando a contar ao menos 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídos por várias capitais e algumas cidades do país. Muitas instituições mantenedoras de creches conviveram com profissionais da área educacional e, desde essa época, incorporam o atendimento das crianças de 4 a 6 anos em jardins de infância ou escolas maternais. (p.8)

Ainda segundo a expansão das creches no país, do início do século XX até meados da década de 1970, Kuhlmann Jr. Constata que:

De lá até meados da década de 1970, as instituições de Educação Infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional. A legislação trabalhista, que deste 1932 previa creches nos estabelecimentos em que trabalhavam 30 ou mais mulheres, foi como letra morta.(p.8)

Data da década de 1940 a institucionalização dos primeiros jardins de infância em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, fortemente influenciados pelas ideias de Froebel. Anterior a isso, na década de 1930, em Teresina no Piauí, é inaugurado o primeiro jardim de infância oficial. Nessa mesma década no Rio de Janeiro foram instituídos os parques infantis fundados pelo poeta Mário de Andrade<sup>6</sup>.

Acerca dos parques infantis, Faria (1999) afirma:

---

<sup>6</sup>Mário Raul de Moraes Andrade (São Paulo, 9 de outubro de 1893 — São Paulo, 25 de fevereiro de 1945) foi um poeta, romancista, musicólogo, historiador, crítico de arte e fotógrafo brasileiro. Um dos fundadores do modernismo brasileiro, ele praticamente criou a poesia moderna brasileira com a publicação de seu livro *Paulicéia Desvairada* em 1922. Andrade exerceu uma influência enorme na literatura moderna brasileira e, como ensaísta e estudioso, foi um pioneiro do campo da etnomusicologia, sua influência transcendeu as fronteiras do Brasil. Andrade foi a figura central do movimento de vanguarda de São Paulo por vinte anos. Músico treinado e mais conhecido como poeta e romancista, Andrade esteve pessoalmente envolvido em praticamente todas as disciplinas que estiveram relacionadas com o modernismo em São Paulo, tornando-se o polímata nacional do Brasil. Suas fotografias e seus ensaios, que cobriam uma ampla variedade de assuntos, da história à literatura e à música, foram amplamente divulgados na imprensa da época. Andrade foi a força motriz por trás da Semana de Arte Moderna, evento ocorrido em 1922 que reformulou a literatura e as artes visuais no Brasil, tendo sido um dos integrantes do "Grupo dos Cinco". As ideias por trás da Semana seriam melhor delineadas no prefácio de seu livro de poesia *Paulicéia Desvairada* e nos próprios poemas. Após trabalhar como professor de música e colunista de jornal ele publicou seu maior romance, *Macunaíma*, em 1928. Andrade continuou a publicar obras sobre música popular brasileira, poesia e outros temas de forma desigual, sendo interrompido várias vezes devido a seu relacionamento instável com o governo brasileiro. No fim de sua vida, se tornou o diretor-fundador do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo formalizando o papel que ele havia desempenhado durante muito tempo como catalisador da modernidade artística na cidade—e no país. (Disponível em: [http://www.e-biografias.net/mario\\_andrade/](http://www.e-biografias.net/mario_andrade/))

Os Parques Infantis do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo durante os seus três primeiros anos de funcionamento (1935-1938) na gestão de Mário de Andrade integravam projeto governamental de educação não escolar para as crianças pequenas de família operária, por meio do qual lhes foi garantido o direito à infância. A pesquisa sobre o nosso folclore realizada pelo poeta-educador "300-350" e a diversidade étnica brasileira consistiam o principal fundamento dessa experiência educacional na qual as crianças reviviam as tradições populares e, através da arte e dos jogos tradicionais infantis, tinham a possibilidade de ser criança, de viver a especificidade dessa fase da vida. (p.16)

O discurso na década de 1970 era de que a criança devia compensar na creche suas condições precárias de vida em casa. Enquanto instituições públicas atendiam as crianças da camada popular em período integral com um currículo que exaltava sua carência. As de origem particular atendiam as crianças abastadas em meio período, proporcionando que elas desenvolvessem suas capacidades e preparando-as para o ensino regular.

Dava-se início as primeiras medidas legais que propunham oferecer educação pré-escolar para todas as crianças, independentemente de sua situação financeira. Antes da década de 1970, em medidas legais, pouco se tinha feito a esse respeito.

Porém, na década de 1980, alguns setores da sociedade se organizaram para reivindicar educação de qualidade para as crianças desde o seu nascimento. Eram instituições não governamentais, pesquisadores da infância, comunidade acadêmica, população civil.

Foi apenas em 1988 que o direito da criança à educação infantil foi de fato reconhecido por lei. Contando-se quase um século depois da fundação das primeiras instituições que atendiam às crianças em idade pré-escolar. Fica instituído na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 foi um passo importante para a garantia da educação aos pequeninos. Dois anos depois foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a educação infantil é estabelecida como a primeira etapa da educação básica em nosso país. Sendo finalidade da

educação infantil promover o desenvolvimento pleno das crianças de até seis anos, juntamente com seus pais e a sociedade. Acerca disso, Kuhlmann Jr. (2000) afirma:

Na quarta última parte dos anos 1990, a educação infantil brasileira vive intensas transformações. É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxeram para a sociedade e para educação brasileira, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e a tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa reconhecer as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (p. 2)

À Educação Infantil nesse período histórico e ainda no tempo presente, era destinada o lugar de inferioridade, frente às outras esferas de ensino. Era considerada pouco ou menos importante no que concerne a transmissão de conhecimento, dado seu caráter marcado historicamente pelo cuidar e não pelo educar. Com isso, pouca ênfase legal lhe é dada. Na década de 1960 a demanda pela Educação Infantil era expressiva. Porém, não existiam instituições suficientes para atender a procura, visto que o objetivo primeiro era atender as crianças na idade de sete anos e que estavam ingressando o Ensino Fundamental.

O discurso recorrente era o de que não se podiam deixar alunos do Ensino Fundamental, etapa obrigatória de ensino segundo a LDB número 9394/96, sem atendimento em prol dos alunos em idade pré-escolar. Com isso, as estruturas físicas disponíveis pelo país afora eram destinadas ao Ensino Fundamental, deixando de lado a Educação Infantil. (Kuhlmann Jr., 2000).

Kuhlmann Jr, ainda detalha que muitos discursos proferidos nas décadas de 1950 e 1960, diziam que a Educação Infantil não deveria substituir a educação oferecida em casa, sendo preferível que os pais que assim pudessem, cuidassem de seus filhos menores de seis anos em casa, ao invés de enviá-los às creches que se encontravam superlotadas.

Uma questão que consideramos importante destacar aqui é que os conteúdos trabalhados nas instituições de Educação Infantil brasileiras, até a década de 1960, não eram motivo de preocupação. Confirmando assim, a ideia já apresentada neste trabalho de que, as instituições que atendiam crianças pré-escolares no Brasil até o século passado, estavam marcadas pelo cuidar, deixando o ato de educar as crianças pequenas, sobretudo as desvalidas economicamente, esquecidas. Acerca dessa temática Bujes (2001) afirma:

Até muito recentemente – mais ou menos até os anos 60 – as questões curriculares não constituíam motivo para grandes conflitos, apesar de discussões a respeito do que deveria ensinar às crianças pequenas das classes populares terem já ocupado educadores do início do século XIX. O currículo escolar que determinava ou direcionava as trajetórias escolares das crianças

e jovens (o que deveria ser ensinado e como ocorreria o processo) não era objeto de grande contestação. (p. 19)

Muitos eram os incentivos dos entes governamentais para que empresas privadas, entidades filantrópicas, fábricas e igrejas mantivessem suas próprias creches para acolher as crianças mais pobres e destituídas de qualquer ajuda governamental. Ausentando-se dessa forma as entidades governamentais de atender essas crianças nas creches existentes, e ainda evitando uso de recursos públicos na construção de novas instituições. O país já dava seus primeiros passos para o Neoliberalismo, instituído hoje no Brasil. Órgãos externos, tais como O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), foi incentivador dessas medidas, sobretudo no que concerne a instituição de medidas de atendimento as crianças de até seis anos pelas igrejas.

Porém, essas medidas paliativas não impediram que nos anos de 1970 eclodissem pelo Brasil movimentos de luta, que exigiam a criação de creches para atender a demanda existente.

Com o que foi exposto no trabalho até o presente momento, é possível perceber que a instituição da Educação Infantil em nosso país pode ser considerada turbulenta e marcada por conflitos de ordem social, econômica e política. A creche que em primeiro momento tinha o intuito apenas de cuidar dos indivíduos carentes, combatendo dessa forma, a pobreza e a mortalidade infantil, liberando as mães da classe operária para o trabalho. Em meados da década de 1970, já havia sido palco de diversos discursos políticos e ideológicos, sempre marcados pelos interesses dos oriundos da classe dominante, que iam deste ao local de depósito dos desprovidos ao caráter compensatório de desigualdades sociais.

Consideramos importante destacar aqui que, na década de 1970, uma importante medida foi tomada no que concerne ao futuro das creches no Brasil. Foi à criação do projeto Casulo, pela Legião Brasileira de Assistência<sup>7</sup> exatamente no ano de 1976. Acerca desse projeto, valemos-nos das explicações de Carmem Virgínia Moraes da Silva, encontradas em sua dissertação de mestrado, intitulada “Faz de conta que eu brinco: o comparecimento da brincadeira na Educação Infantil da rede pública de Vitória da Conquista” do ano de 2007:

Criado em 1976, foi o primeiro projeto de educação infantil de massa e teve condições de ser implantado em larga escala a partir da união das seguintes posturas: adotou um discurso preventivo no sentido de demonstrar que os cuidados dispensados aos pobres afastariam ameaças a “integração

---

<sup>7</sup> A LBA foi fundada no ano de 1942, fruto de uma iniciativa que envolvia o poder público e o privado, e tinha como objetivo proteger as mães grávidas e as crianças em seus primeiros anos de vida. (SILVA, 2007)

nacional”; possibilitou a atuação direta do governo federal em grande número de municípios; e adotando a participação da comunidade como forma de custeio, reduziu o investimento federal. As unidades do projeto Casulo atendiam crianças durante quatro a oito horas diárias realizando para tanto atividades que atendessem as especificidades de cada faixa etária (...). Apesar de ter sido implantado na década de 70, o projeto Casulo foi fruto de uma união entre governo e organismos intergovernamentais, principalmente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que ocorreu durante a década de 1960 tendo com objetivo a implantação de programas para as crianças pobres. (p.14 e 15)

Cabe ressaltar aqui que nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivia em Ditadura Militar período marcado pela opressão e represália. E que tinha como lema de governo que a segurança e o desenvolvimento da nação seriam alcançados na medida em que as diferenças e tensões diminuíssem. Sendo assim, frente às reivindicações populares que exigiam locais de atendimento para seus filhos pequenos, o projeto Casulo se desencadeia como medida de contenção das massas. Com o discurso de diminuição das diferenças e desigualdades entre pobres e ricos, o projeto Casulo era uma medida para que fossem evitados conflitos populares com o governo, que se caracteriza por ser extremamente autoritário. Compreendemos assim que, ao se instituir o projeto Casulo, a ênfase não era a educação das crianças de até seis anos, mas sim, a pobreza que ameaçava a ordem social da nação.

Apesar do projeto Casulo, as reivindicações por creches não cessaram. Talvez pela duvidosa qualidade do projeto, Lucas (2009) em seu texto, intitulado A influência da UNICEF e da UNESCO na Educação Infantil Brasileira Contemporânea, afirma:

O que de início eram manifestações isoladas, transformou-se em movimento unitário – o Movimento de Luta por Creches – criado oficialmente em 1979. Reivindicar creche tornou-se, naquele momento, uma palavra de ordem. Creche tornou-se um símbolo de luta dos movimentos sociais, dos grupos políticos que se opunham à ditadura militar, dos movimentos estudantis que reabriam centros acadêmicos e realizavam passeatas a favor da democracia, do Movimento de Luta Contra a Carestia de Vida, das organizações populares dos bairros da periferia, dos operários de diversas classes trabalhadoras que realizavam greves que se espalhavam por todo o território nacional. (p.10)

E em outro trecho de seu texto Lucas (2009) ainda diz, acerca do caráter compensatório que, as medidas tomadas pelo governo apresentavam:

Esses programas pré-escolares com função compensatória começaram a ser muito criticados no Brasil, principalmente a partir do final da década de 1970. Foi estabelecido um consenso de que programas com esse cunho efetivamente não beneficiam as crianças mais pobres da população às quais se destinavam, mas que, pelo contrário, as discriminavam e as marginalizavam ainda mais precocemente. (p.11)

Percebemos com isso que já na década de 1960 e, sobretudo nos anos de 1970, a Educação para as crianças pequenas passa a ser reivindicada pela população como um direito de todos, e não apenas de uma minoria privilegiada economicamente. Alguns grupos sociais começam a se questionar acerca do papel das instituições de Educação Infantil, até então marcadas pelo assistencialismo e pelas falsas ideias de “compensar” aos pequenos as desigualdades sociais, que enfrentam e enfrentarão por serem oriundos da classe operária.

No documento oficial do ministério da Educação, intitulado Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos, elaborado no ano de 2005 pela Secretária de Educação Básica. São apresentados: diretrizes, objetivos, estratégias e métodos para Educação Infantil. Destacamos um trecho do documento que traz elementos essenciais para reflexão das medidas educacionais tomadas em relação à Educação Infantil a partir dos anos de 1970:

Nas décadas de 1970 e 1960, o processo de urbanização do país cada vez mais intenso, somado a maior participação da mulher no mercado de trabalho e a pressão dos movimentos sociais, levaram a uma expansão de atendimento educacional principalmente as crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, verificando-se também, na década de 1980, uma expansão significativa na educação de crianças de 0 a 3 anos. A pressão da demanda, a urgência do seu atendimento, a omissão da legislação educacional vigente, a difusão da ideologia da educação como compreensão de carência e a insuficiência de recursos financeiros levaram as instituições da educação infantil a se expandirem “fora” dos sistemas de ensino. Difundiram-se “formas alternativas de atendimento” onde existiam critérios básicos relativos à infraestrutura e a escolaridade das pessoas que lidavam diretamente com as crianças, em geral mulheres sem formação específica, chamadas de crecheiras, pajens, babás, auxiliares, etc. (BRASIL, 2005. p 8)

Acerca do período compreendido entre os anos de 1970 e os anos atuais Lucas (2009) afirma:

A Educação Infantil brasileira tem sua história de mais de 150 anos. Porém, os últimos 30 anos constituem-se uma etapa importantíssima, tanto para a história deste nível de escolaridade, quanto para a da nossa Educação em geral. Trata-se de um período pleno de avanços no processo de democratização da educação brasileira, ampliavam o direito não apenas ao acesso, mas também a uma educação hoje, em busca de qualidade, embora nem toda a demanda tenha sido atendida, oferecida por diferentes instâncias governamentais. Em se tratando da história da educação das crianças pequenas, costuma-se referir as últimas três décadas como a história da Educação Infantil contemporânea. (p.02)

As mudanças ocorridas ao longo da história da Educação Infantil no cenário nacional que foram referenciadas até o presente momento, entre outras que ainda faremos, e muitas outras que pela limitação desta pesquisa não realizaremos, influenciaram a visão que a

sociedade tinha acerca das crianças. Segundo a Política Nacional de Educação Infantil pelo direito das crianças de zero a seis anos, nos dias atuais, a criança é vista como indivíduo criador, capaz de estabelecer relações, sendo ele sujeito com direitos, ser sócio histórico, produtor da cultura e está nele inserido. A formulação dessa nova concepção de infância teve contribuição de pesquisas e estudos realizados nas Universidades Brasileiras e em outros países. Com isso, emerge um novo discurso que a escola para crianças de zero a seis anos deveria também educá-la, e não apenas cuidar da mesma. (BRASIL, 2005)

A década de 1980 foi um marco em medidas legais para a Educação Infantil. Em 1988, com a Constituição Federal<sup>8</sup> a Educação Infantil torna-se, de fato, direito do cidadão, sendo dever do Estado oferecê-la à população. Essa vitória para Educação Infantil foi fruto das diversas reivindicações populares e fruto de inúmeros conflitos políticos e ideológicos.

Acerca deste período Lucas (2009) afirma:

No início da década de 1980, em resposta às reivindicações populares e à crise de legitimidade do governo militar, na área de política educacional, o III PSEC (1980-1985) incluiu a educação pré-escolar como parte essencial da política social e educacional. A exemplo do II PSEC, muitas críticas foram feitas à concepção de educação pré-escolar do III PSEC no sentido de que ela pudesse resolver alguns dos problemas que as crianças das camadas mais pobres enfrentavam no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento por sofrerem muitas privações no meio em que viviam. (2009)

O texto legal da Constituição Federal também trazia uma tríplice responsabilidade no que se refere à educação das crianças de até seis anos, entre família, pela sociedade e pelo poder público. Outra característica importante a ser destacada neste trabalho é que a legislação define que a creche deve ter caráter eminentemente educativo em suas práticas.

No que concerne às medidas legais, a década de 1990 também foi de suma importância para a Educação Infantil, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reafirmava o texto da Constituição Federal.

Assim em 1990, no Estatuto da criança e do adolescente foram reafirmados esses direitos, ao mesmo tempo em que foram estabelecidos mecanismos de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância. A partir de 1994, o MEC realizou uma série de encontros e seminários com o objetivo de discutir com os gestores municipais e estaduais de educação questões relativas à definição de políticas para a educação infantil neste contexto, o ministério da educação coordenou a elaboração do documento de Política Nacional de Educação Infantil, no qual se definem

---

<sup>8</sup>A Constituição Federal Brasil de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, foi a sétima constituição do Brasil desde a Independência. Elaborada por 558 constituintes durante 20 meses, ela foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Possui 245 artigos, dividida em nove títulos. Esta Constituição é considerada a mais completa, principalmente, no sentido de garantir os direitos a cidadania para o povo brasileiro. (Disponível em : <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal>)

como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para as crianças de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade de atendimento em instituições de Educação Infantil. Como desdobramentos desses objetivos, foi publicado o documento “Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil”, no qual se discutiam as necessidades e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar em creches e pré-escolas como condição para a melhoria da qualidade da educação. (BRASIL, 2005. p. 9 e 10)

No ano de 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases<sup>9</sup>, a Educação Infantil foi foco de destaque nacional, pois passou a ser considerado com a primeira etapa da Educação básica oferecida pelo Brasil. No texto legal a Educação Infantil tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança de até seis anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, em complemento com a educação informal oferecida pelo convívio com a família e a sociedade em geral. (BRASIL, 1996). O artigo 62 da LDB afirma que o profissional para atuar na Educação Infantil deve ter formação mínima em nível médio (magistério). Porém, preferencialmente em nível superior. O que rompia na lei, com a prática vigente, é a concepção de que para a Educação Infantil a formação específica não era necessária, sendo apenas suficiente nutrir amor às crianças e ser dotado de “vocação” para a função.

Ao longo do fim do século XX e na primeira década do século XXI, muitas alterações foram feitas no texto original na LDB número 9394/96. Visando atender, ainda que minimamente, as solicitações e necessidades desse nível de ensino e de seus usuários. O texto legal “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos” apresenta, em seu corpo, alguns questionamentos que consideramos importante transcrever em nosso trabalho, visto que comungamos dos mesmos questionamentos acerca da história da Educação Infantil brasileira e das medidas legais tomadas ao longo das últimas décadas em nosso país.

[...] trouxe a tona a fragilidade a inconsistência de grande parte das propostas pedagógicas em vigor. Ao mesmo tempo, durante a realização do diagnóstico, foi possível evidenciar a multiplicidade e a heterogeneidade de propostas e de práticas em Educação Infantil, bem como aprofundar a

---

<sup>9</sup> A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB - é a lei orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. Segundo o ex-ministro Paulo Renato Souza - que ao lado do então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a LDB que vigora até hoje - "o mais interessante da LDB é que ela foge do que é, infelizmente o mais comum na legislação brasileira: ser muito detalhista. A LDB não é detalhista, ela dá muita liberdade para as escolas, para os sistemas de ensino dos municípios e dos estados, fixando normas gerais. Acho que é realmente uma lei exemplar." A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961. Uma nova versão foi aprovada em 1971 e a terceira, ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996. (Disponível em: <http://302284.vilabol.uol.com.br/LDB1.htm>)

compreensão a esse respeito. Essa multiplicidade, própria da sociedade brasileira é um ponto crucial quando se discute a questão do currículo, apontando para uma série de questionamentos. Como tratar uma sociedade em que a unidade se dá pelo conjunto das diferenças, no qual o caráter multicultural se acha entrecruzado por uma grave e histórica estratificação social e econômica? Como garantir um currículo que respeite as diferenças socioeconômicas, de gênero, de faixa etária, etnias, culturais e das crianças com necessidades especiais, e que, concomitantemente, respeite os direitos inerentes a todas as crianças brasileiras de 0 a 6 anos, contribuindo para a superação das desigualdades? Como contribuir com os sistemas de ensino na análise, na reformulação e/ou elaboração de suas propostas pedagógicas sem fornecer modelos prontos? Como garantir, que neste imenso país as atuais diretrizes nacionais assegurem de fato o convívio na diversidade, no que diz respeito à maneira de cuidar e de educar das crianças de 0 a 6 anos. (BRASIL, 2005. p 12)

Apesar dos avanços legais e de outros avanços ao longo da história da Educação Infantil, no fim do século XX e início do século XXI, está longe da que almejamos; e não se caracteriza por ser ambiente de ensino, onde as novas gerações deveriam se apropriar das máximas elaborações humanas produzidas ao longo da história da humanidade. Acerca do cenário da Educação Infantil no fim do século XX Kuhlmann Jr (2000) afirma:

[...] observa-se ainda hoje que há crianças pequenas que são submetidas a uma disciplina escolar arbitrária em que, diferentemente de um compromisso com o conhecimento, a instituição considera não ser sua função prestar os cuidados necessários e sim controlar os alunos para que sejam obedientes à autoridade. Situações como as que presenciei, na década de 1990, de crianças obrigadas a permanecer sentadas em torno de mesinhas de uma sala de pré-escola, em uma cidade do interior paulista, com suas cabeças deitadas sobre os braços, na *hora do descanso*; ou de crianças em um centro de educação infantil de uma capital nordestina, que comiam com os pratos em carteiras escolares para adultos, de braço, ou em pé, enquanto as mesas adequadas de suas salas não eram utilizadas para não sujar o espaço *pedagógico*; ou de outra, em que a sala dos brinquedos permanecia trancada, servindo de depósito para móveis quebrados; ou ainda, das fotos de bebês aprisionados em berços beliches assemelhados a jaulas, em uma creche na região sudeste; são exemplos, semelhantes a tantos outros depoimentos, de uma educação que promove a apatia. O preconceito com relação ao trabalho manual e aos cuidados de alimentação e higiene associam-se à sua dimensão do profissional que trabalha com crianças menores e na divisão de trabalho entre professores e auxiliares. (p.13)

Percebemos ao realizar esta pesquisa até o presente momento que, os fatores históricos e econômicos foram e continuam sendo definidores da Educação ofertada para as crianças pequenas em nosso país, confirmando assim, os princípios do Materialismo Histórico, já referenciados neste texto. É possível identificar também, a luz dos textos pesquisados até o momento e de nossa concepção teórica, que as ideias da classe dominante, no caso de nossa organização social, a capitalista, são as determinantes do rumo que a sociedade segue, e

consequentemente, a Educação. E em nosso caso específico, a dedicada às crianças de até seis anos. De acordo com as palavras de Chaves (2008) “[...] a educação expressa os interesses de um determinado modelo econômico”, o que significa dizer que seria ingênuo que uma educação dentro de uma sociedade capitalista, expressasse valores diferentes do que os da ideologia do capital.

No próximo seção deste trabalho, apresentaremos algumas considerações que consideramos ser relevantes acerca de Educação Infantil no estado do Paraná. Essa seleção foi feita por acreditarmos que essa discussão será de suma importância para a posterior, que tratará da Educação Infantil específica no município de Maringá.

## 2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARANAENSE

Destacamos que a história da Educação Infantil Paranaense não pode ser compreendida de fato, sem consideramos os acontecimentos do cenário mundial e nacional, sobretudo os de ordem econômica. De acordo com Paschoal (2012, p. 2) “É importante ressaltar que a história, embora tratando do passado, do que já aconteceu é dinâmica e exige a ampla pesquisa e a crítica de fontes que renova interpretações e exige procedimentos próprios de investigações e análise”.

O Paraná é considerado pioneiro na história da Educação Infantil, pois foi no Estado que foi fundado o primeiro jardim de infância particular e não oficial do Brasil, o qual foi nomeado “Jardim-Escola” e seguia os pressupostos da pedagogia de Froebel e foi idealizado por Emília Erichsen no município de Castro em 1862. (PASCHOAL, 2011).

Acerca da fundadora do primeiro jardim de infância nacional Cardoso Filho (2006) descreve ser Emília uma mulher muito culta, e com vasta experiência no magistério, apesar de não possuir formação pedagógica. Esteve ela, em certa ocasião na Europa, momento em que se encontrou em contato mais próximo com a pedagogia de Froebel, que há viria influenciar fortemente no ato de ensinar as crianças pequenas, sobretudo as de quatro a seis anos. Emília é considerada um nome importante na história da Educação Infantil paranaense, visto que defendia a infância como um momento importante de transformações na vida do indivíduo, e afirmava ser importante educá-las. Ainda sobre a fundação do jardim de infância por Emília Erichsen, Paschoal (2011) afirma:

Mesmo não sido reconhecido oficialmente, essa primeira tentativa de trabalho com crianças menores de seis anos, trouxe uma contribuição importante para a educação infantil paranaense, sobretudo, pela sensibilidade dessa pioneira em reconhecer que a educação dos pequenos era possível fora do ambiente escolar. Sem dúvida, seu legado contribuiu muito para o surgimento muitas décadas depois, dos primeiros jardins de infância no Paraná, já que foi somente em 1906 e 1911, que os primeiros jardins de infância foram inaugurados neste Estado. (p.04)

No início do século XX, o então presidente do Paraná, Vicente Machado, após realizar visitas a outros estados e países, apresenta grande interesse em inaugurar no Estado, jardins de infâncias, como o que viu em suas viagens. Pois, estava impressionado com o que vira, e tinha a intenção de implantar no Estado uma instituição de assistência às crianças. Sendo assim, no ano de 1906, no dia 02 do mês de fevereiro foi inaugurada na capital do Estado a Escola

Jardim de Infância, que posteriormente viria a ser denominada Maria Miranda. (PASCHOAL, 2012).

Foi com muita festividade que esse estabelecimento foi acolhido pela sociedade civil e pelo poder público. Com sessenta crianças matriculadas e sob a direção da professora Maria de Miranda, a aceitação dessa instituição foi grande por toda a sociedade, pelo poder público e pela imprensa local, sobretudo, devido à organização do trabalho desenvolvido nesse estabelecimento, que se baseava na proposta de Froebel. Desta maneira, priorizava-se a ginástica de movimento dos músculos, troncos, cabeça e pescoço; as marchas e os cânticos eram aprendidos exclusivamente por audição; os exercícios sobre os órgãos dos sentidos; e trabalhos manuais variados. (PASCHOAL, 2012, p. 5)

Percebemos a partir desse excerto de Paschoal que a inauguração da primeira pré-escola oficial do Paraná foi motivo de comemoração para a comunidade civil paranaense. Afirmamos ainda que o pedagogo Froebel, já mencionado neste texto, foi forte influenciador das primeiras iniciativas referentes à educação das crianças em idade pré-escolar em nosso Estado.

De acordo com Paschoal, no ano de 1911 foi inaugurado no Paraná, na cidade de Curitiba, um segundo Jardim de Infância, o qual foi nomeado de Emilia Ericksen. Este estabelecimento foi criado devido ao discurso corrente no Estado no momento, sobretudo por meio da imprensa que dava destaque à Educação Infantil como etapa importante para o desenvolvimento do indivíduo. Do ponto de vista pedagógico, o Jardim de Infância Emília Ericksen tinha como preceito observar e ensinar de acordo com a maturidade biológica da criança a [...] proposta de trabalho priorizava a educação do movimento livre, a autoatividade, a autodisciplina, materiais didáticos e mobiliários adequados ao tamanho da criança. (PASCHOAL, 2011, p. 7). A proposta pedagógica adotada pela instituição se apoiava nos preceitos defendidos por Maria Montessori, mencionados anteriormente neste trabalho.

Percebemos que no Paraná, ao contrário de outros estados brasileiros, a primeira tentativa de institucionalização da escola para as crianças em idade pré-escolar esteve fortemente relacionada a fatores pedagógicos, que consideravam as especificidades do modo de aprender infantil, e não apenas o caráter assistencial que, por vezes, essa instância de ensino assumiu e ainda assume no contexto nacional. A fundação das referenciadas pré-escolas reflete o ideário vigente na época de que a modernização do estado passava pelos bancos escolares. A instituição das primeiras pré-escolas paranaenses não atendia a demanda, porém, significaram importantes iniciativas para a Educação Infantil do Estado [...]. Demonstram que a criança tinha um espaço, mesmo que reduzido, já que as poucas

instituições não atendiam a grande demanda das crianças, pois, houve por parte do poder público um incentivo na abertura de novas instituições. (PASCHOAL, 2011, p. 08 e 09). Apesar do caráter educativo que essas instituições apresentaram, a ideia assistencialista presente desde a origem da Educação Infantil, também permeava as práticas no Estado do Paraná. Acreditava-se que a escola para as crianças de até 6 anos era uma forma de [...]“salvar” as crianças, por meio de uma educação assistencialista de caráter repressora e punitiva. (MACHADO, PASCHOAL, 2008. p.5).

Souza (s/d) apresenta em seu texto História da educação infantil no Paraná: os jardins de infância públicos em cena no limiar das primeiras décadas do século XX, dados referentes às instituições de Educação Infantil no Estado na segunda década do século XX. Segundo os dados apresentados por Souza (s/d), nesse período havia na capital três escolas públicas e quatro privadas para o atendimento de crianças em idade escolar, que juntas atendiam 576 crianças.

Já no interior do estado existiam duas escolas públicas e uma privada, que prestavam atendimento a um total de 180 crianças. Esses dados nos dão a dimensão de que a oferta não era suficiente para a demanda. Muitas crianças em idade pré-escolar ainda não tinham acesso à pré-escola, muitas ainda ficavam perambulando pelas ruas, sem nenhum tipo de assistência social. Percebemos, por meio dos estudos realizados ao longo da elaboração deste trabalho, o descaso dos entes governamentais em relação à população que sofria com as mazelas sociais, entre elas a falta de educação para seus filhos.

É possível identificar o discurso vigente nessa época histórica no estado do Paraná, por meio do excerto do Diário da Tarde, de 30 de agosto de 1910, *apud* em Souza (s/d):

A perspectiva posta em circulação no Paraná no início do novecentos era que, nos jardins de infância, nas escolas maternas, o ensino não representava quase nada, a educação era avaliada como tudo. E em que consistia tal educação? Segundo matéria do Diário da Tarde sobre os jardins de infância, consistia no momento em que a criança era “entregue” aos cuidados da professora, justamente na “idade em que sua índole” não era “viciada” por uma “falsa educação” e que por meio dos “métodos efetivos” fazia-se “milagres” e conservava-se “fora de um ambiente perturbador o seu tempo de atividade mental”. O propósito desta educação era o preparo de uma “infância melhor, moralmente sadia, com o lastro de bondade, delicadeza e disciplina necessárias para tornar fácil no dia seguinte o trabalho da instrução e o cunho definitivo de caráter que o mestre da escola primária poderá lhe imprimir, sem receio de que este seja desfeito por influência”.

(Jardins da Infância, Diário da Tarde, 30 de agosto de 1910 *apud* SOUZA (s/d) p. 8).

Compreendemos por meio do excerto acima que, mais uma vez, a escola de Educação Infantil não era vista como espaço de transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Estando esta fortemente ligada ao assistencialismo, e no caso do excerto, a transmissão dos costumes morais para a construção de uma sociedade mais “sadia”. Compreendemos ser importante o ato de cuidar e de ensinar valores aos pequenos no ambiente escolar, porém, consideramos uma lastima que no decorrer da história, a função verdadeira da escola, e no caso a infantil, tenha sido deixada de lado.

A partir da fundação das primeiras instituições de educação infantil no Paraná, outras iniciativas foram se concretizando em outras cidades do Estado. No ano de 1915 foram criados em Paranaguá e Ponta Grossa Jardins de Infância. Já o ano de 1919 marca a criação do Departamento da Criança no Brasil, que tinha como intuito preocupar-se com os problemas relacionados às diversas esferas da infância. O ano de 1924 representa outro grande marco para Educação Infantil paranaense, pois preocupado em estender o atendimento, o governo recebe diversos materiais da Itália, acerca do método Montessori. Com isso se amplia o atendimento, e em 1925, o número de crianças matriculadas nas pré-escolas e creches é de 490, o que se traduz em um número expressivo para a época. (MACHADO e PASCHOAL, 2008. p. 6).

Machado e Paschoal (2008) afirmam que apesar do aumento do acesso nos primeiros 50 anos do século XX das crianças paranaenses a Educação Infantil, em termos legais pouco se fez para garantir o acesso de todas as camadas populacionais a esse nível de ensino. “Na realidade, do ponto de vista da história, a educação de crianças pequenas, esteve à margem do sistema educacional brasileiro, pois até meados dos anos oitenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino.” (PASCHOAL e MACHADO, 2008, p. 6)

A década de 1980 se traduz como um marco para educação, e não só a infantil. Pois a partir desse período, setores da sociedade se conscientizaram acerca da importância da Educação Infantil para formação dos indivíduos e passaram a apresentar outro olhar para a infância, compreendendo-a como uma etapa importante na vida humana. Por meio das reivindicações da sociedade organizada, no texto legal da Constituição Federal de 1988, segundo Paschoal e Machado (2008), pela primeira vez na história no Brasil, a criança dos primeiros meses aos seis anos passa a ser vista como sujeito do processo educativo federal. No período compreendido entre a década de 1980 até a atualidade, em termos legais, houve muitos avanços que em tese garantiriam o direito da criança em idade pré-escolar de estar na

escola. As medidas legais, além de atenderem as reivindicações da sociedade civil, iam ao encontro da nossa organização familiar vigente, onde pais e mães trabalhadores necessitavam de um local para deixar os seus filhos.

Apesar das medidas legais citadas no parágrafo anterior, isso não foi garantia de que todas as crianças em idade pré-escolar estariam na escola. A realidade da falta de acesso garantido perdura até os dias atuais, revelando o descaso com que a Educação Infantil é tratada em nosso país, sobretudo pelos poderosos. Acerca dessa temática Paschoal e Machado (2008) afirmam:

Do ponto de vista legal, muitos foram os avanços registrados nas leis e na implementação de políticas de educação infantil na última década. No entanto, ainda há muito por ser feito pelas crianças pequenas, sobretudo no que diz respeito ao oferecimento de creches e pré-escolas que respeite e atenda as suas necessidades. As propostas para a educação infantil devem necessariamente, oferecer condições às crianças de se desenvolverem adequadamente através de uma educação de qualidade. ( p.10)

A partir das medidas legais tomadas, sobretudo a partir da década de 1980, os discursos referentes à função da Educação Infantil no Brasil e, conseqüentemente, em nosso estado, ganham nova roupagem. Muitos são os discursos em defesa de uma Educação Infantil que de fato promovesse uma educação plena e emancipatória para os chamados pré-escolares. E inegável que muitos dos que proferem o discurso em defesa da Educação Infantil de excelência, estão de fato engajados com essa causa. Porém, outros apenas o usam como meio de conseguir poder, sobretudo na época das eleições.

Por meio de nossos estudos e de nossas experiências práticas, percebemos que apesar de estarmos vivendo no século XXI, a escola de Educação Infantil ainda está enraizada nos séculos passados. A visão da escola como um depósito de crianças, onde só é necessário alimentá-las e trocá-las, para que não incomodem, ainda encontra-se vigente em muitos lugares do Brasil, inclusive em nosso estado. Urge a necessidade de romper com os moldes antigos de educação, e com o sistema social vigente, para que de fato todas as crianças tenham uma educação de excelência, que seja embasada na emancipação do indivíduo e na criticidade do mesmo.

Considerando as breves informações apresentadas acerca da Educação Infantil no Paraná, desde a instituição da primeira escola para crianças até os seis anos até a atualidade, iremos nos ocupar no próximo item deste trabalho em descrever, ainda que sucintamente, aspectos históricos referentes à Educação Infantil Maringaense, com ênfase nas décadas de 1960 e 1970.

### 3. ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (1960-1970)

*Maringá*  
*(Joubert de Carvalho)*  
*Foi numa leva de cabocla Maringá*  
*Ficou sendo a retirante que mais dava o que falar*  
*E junto dela veio alguém que suplicou*  
*Pra que nunca se esquecesse de um caboclo que ficou*  
*Maringá, Maringá*  
*Depois que tu partiste*  
*Tudo aqui ficou tão triste*  
*Que eu garrei a imaginar*  
*Maringá, Maringá*  
*Para haver felicidade*  
*É preciso que a saudade*  
*Vá bater noutra lugar*  
*Maringá, Maringá*  
*Volta aqui por meu sertão*  
*Pra de novo o coração*  
*Do caboclo assossegado*  
*Antigamente uma alegria sem igual*  
*Dominava aquela gente da cidade de Pombal*  
*Mas veio a seca, toda água foi embora*  
*Só restando então a mágoa*  
*Do caboclo a chora. (1932)*

Maringá é conhecida como cidade canção devido à música de Joubert Carvalho que trata da moça Maria do Ingá. A canção Maringá, data do ano de 1931. Acerca da música que deu origem ao nome da cidade Sanches (2006) relata:

Na época em que Raul Carneiro era Oficial de gabinete do Ministro da Aviação José Américo, o qual sugeriu a Joubert de Carvalho que fizesse uma

música abordando a seca do Nordeste, que era um dos assuntos do momento nos jornais. Joubert logo concordou e pediu a Rui que lhe desse uma relação das cidades assoladas pela seca. Entre elas a cidade chamada Ingá. Joubert imaginou então a cabocla Maria, que seria a Maria do Ingá e surpreendeu-se quando notou que soava bem a construção Maringá, perguntou Rui: “De onde você é?” Ele respondeu: “Pombal”. Estava ótima. “Antigamente uma alegria sem igual dominava aquela gente da cidade de Pombal” e em poucas horas estava pronta a canção Maringá. (p. 10)

No início da colonização da cidade de Maringá, nas décadas de 1930 e 1940, o local que hoje conhecemos como centro regional era selva quase impenetrável, sobretudo de perobas, paus d’alho, angicos, ipês, gurucaias, cedros e muitas outras árvores. Com a chegada dos pioneiros, as estradas conhecidas como picadas iam se abrindo no meio da floresta fechada, e era com essas árvores que eles construía suas moradas. As árvores foram tombadas, e pouco a pouco dava espaço para os primeiros vestígios do que ia se transformar na cidade de Maringá. (RECCO, 2005). A foto<sup>10</sup> abaixo mostra a retirada de árvores para a construção de uma praça na cidade. Esse registro está disponível no Museu da Bacia do Paraná (Universidade Estadual de Maringá), e data da década de 1950:



A cidade é também conhecida como cidade verde, pois apresenta grande arborização em ambiente urbano, é uma das cidades paranaenses com maior índice de desenvolvimento humano. É por muitos, considerada como cidade de primeiro mundo devido a sua beleza, mas

<sup>10</sup> Imagem digitalizada disponível em:  
<http://maringa.odiario.com/blogs/edsonlima/page/5/?s=maring%C3%A1+antiga>

apresenta também diversos problemas de infraestrutura, como a saúde pública, a coleta de lixo, entre outros. (RECCO, 2005)

Maringá foi fundada pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná em 1947, e emancipada politicamente em 1951. A cidade foi almejada para ser “sede”, ou seja, outros municípios iriam se desenvolver ao seu redor, mas ela se caracterizaria como grande centro dentre os municípios circunvizinhos. A companhia seguia uma perspectiva liberal. A população maringaense, nos primórdios de sua fundação, cresceu grande parte influenciada pela cultura cafeeira, tanto na zona rural, quanto na urbana, até meados da década de 1960.<sup>11</sup>

Morelli (2010) afirma que na década de 1960 houve grandes movimentos para a substituição do café por uma planta mais produtiva. As geadas contribuíram para o declínio da produção cafeeira em Maringá, que aos poucos passava a ser substituída pela soja. Com essa mudança na produção agrária, mudou-se também a forma de trabalho. Antes as famílias moravam nas fazendas e eram responsáveis pela formação do café, o que demorava em torno de quatro anos. Com a mudança da cultura, que era de mais rápida produção, essas famílias se viram obrigadas a se mudarem das fazendas, rumo à cidade, e manterem sua subsistência por meio do trabalho volante, seriam os futuros boias-frias. Com esse fato a população urbana cresceu consideravelmente, frente ao declínio da população rural. (MORELLI, 2010)

Com a mudança da população para a área urbana, desenvolvem-se novas necessidades e dificuldades no território maringaense. Esse impasse atingiu de forma majoritária a classe trabalhadora, e concomitantemente, suas crianças. Além da migração da zona rural para a urbana, na década de 1960, Maringá também recebeu inúmeros migrantes de outros estados, e imigrantes vindos de outros países, sobretudo da Europa e Japão. (CHAVES, 2008)

Ainda segundo Morelli (2010), foi possível perceber que a formação de Maringá deu-se de forma que os possuidores de posses ficassem nos bairros mais centrais, e os mais pobres nos bairros periféricos. O atendimento aos bairros também era diferenciado no que condiz aos serviços públicos. As mudanças ocorridas em Maringá nos seus primeiro vinte anos de construção foram decisivas para que a cidade se constituísse tal qual é hoje, diferenciando-se das demais cidades, sobretudo as da redondeza. As situações de vida na cidade e nos bairros periféricos eram precárias. Aos poucos as benfeitorias ligadas à urbanização chegavam aos

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=14> Acesso em: julho de 2012

habitantes desses lugares, sobretudo na década de 1970. A água encanada e a iluminação pública estavam em fase de implantação.

Os primeiros comércios que se estabeleceram em Maringá eram as chamadas “vendas” ou quitandas, que vendiam produtos de subsistência para as famílias das redondezas. Era alto o índice de comerciantes que se mudaram para a cidade para atender a demanda de consumo de seus habitantes. Havia também na cidade entre as décadas de 1960 e 1970, muitos ambulantes que passavam de casa em casa vendendo seus produtos, facilitando também a vida dos moradores, que não possuíam meios de locomoção. (MORELLI, 2010)

De acordo com relatos do pesquisador Morelli (2010), as casas existentes em Maringá antes da década de 1970 eram predominantemente de madeira, e só foram construídas casas de alvenaria depois desse período, seguindo o plano de urbanização da cidade. As casas, a princípio, eram caracterizadas por sua simplicidade, construídas muitas vezes pelos próprios moradores com ajuda dos vizinhos. As casas de alvenaria demoraram a dominar o cenário da cidade.

Tanto no campo como no espaço urbano, as crianças maringaenses brincavam em sua maioria na área externa da casa, nas árvores, nas praças, nos rios, nas ruas de chão batido, nos velhos terreiros de café. As atividades cotidianas se transformavam em brincadeiras para as crianças nesse período histórico, transformando, por vezes, o espaço em situações lúdicas. Aos poucos com a urbanização da cidade, os lugares para brincar diminuem, dando lugar ao progresso da cidade, são construídas casas, estabelecimentos comerciais, etc. (MORELLI, 2010).

A fundação da primeira escola em Maringá data de 1947. Era uma casa pequena de madeira, e possuía 18 carteiras feitas artesanalmente e tinha como professora Dirce Aguiar, que havia acabado de se formar na cidade de Curitiba. Ela chegou à Maringá para visitar alguns parentes, porém permaneceu na cidade, após a proposta de Napoleão Moreira Silva, então comerciante na cidade, que era a de construir uma escola, que se efetivou devido a recursos dos próprios pioneiros e do apoio da Companhia Melhoramentos. (SANCHES, 2006). Na imagem a seguir Dirce Aguiar Maia (vestido estampado) junto com as primeiras educadoras primárias de Maringá, entre elas as professoras Maria Balani, Candinha Balani, Stefania Moreno, Neiva Camargo, Dagmar dos Santos e Maria Pizzolato Maragno. A foto foi registrada no ano de 1948.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> As informações apresentadas e a foto estão disponíveis em:  
<http://www.mgadrjosebraga.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>



A primeira escola maringaense enfrentou diversas dificuldades para se manter em funcionamento. Entre elas, a falta de alunos, já que os moradores da cidade, não possuíam em sua cultura o costume de enviar seus filhos à escola. Campanhas foram feitas para que os pais enviassem seus filhos à escola. Enfim, a escola conseguiu o número de 28 matrículas e pode começar a funcionar. (SANCHES, 2006)

No decorrer da realização de nossa pesquisa encontramos algumas dificuldades, sobretudo na obtenção de informações e dados acerca das instituições de Educação Infantil que existiam em Maringá nas décadas de 1960 e 1970. Outra dificuldade é a de que poucos pesquisadores se ocuparam de estudar a Educação Infantil maringaense, seja a contemporânea, sejam seus aspectos históricos. Acerca dessa temática Chaves afirma:

Cabe destacar que no conjunto das publicações há algumas características sobre a produção relacionada à Educação Infantil. Um aspecto importante é que poucas e recentes são as pesquisas afetas à Educação Infantil, se comparadas a outras áreas. (CHAVES, 2008. p.19)

Não podemos deixar de mencionar aqui o trabalho de doutoramento do professor Ailton José Morelli que em sua tese de doutorado, “Memórias da Infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970-1990)” se ocupou em estudar a infância maringaense no período pré-estabelecido por sua pesquisa. O trabalho aqui referenciado contribui com nossa pesquisa, visto que apresenta em seu decorrer entrevistas realizadas pelo

professor Morelli, com pessoas que eram crianças no período compreendido pela pesquisa. E em alguns desses depoimentos, os entrevistados fazem referências à Educação Infantil.

Outro contribuinte para efetivação de nossa pesquisa foi o Laboratório de Apoio a Pesquisa Histórica da Infância e da Adolescência (LAPHIA), do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. No referido laboratório estão disponíveis todas as entrevistas transcritas realizadas pelo professor Morelli em sua pesquisa. Consideramos importante apresentar aqui em nosso estudo, alguns trechos dos depoimentos encontrados no trabalho de Morelli, sendo estes, os que fazem referência à Educação Infantil, pois acreditamos que estes permitem traçar algumas características da Educação Infantil, sobretudo a da década de 1970.

Segundo os relatos disponíveis nas entrevistas realizadas por MORELLI (2010), para os depoentes a escola significou um lugar de sociabilidade, onde encontravam os demais colegas. Era também o local de brincar, antes no intervalo e depois da aula. As brincadeiras eram livres. Nos relatos não aparece à figura do professor como mediador no horário da brincadeira. Uma das entrevistadas faz relato à escola Odete Ribaroli, que tinha um parquinho com gangorras e balanços, que era o lugar de brincar das crianças do “prézinho”, fazendo menção à pré-escola.

Em 1967 a cidade de Maringá já possuía 150 mil habitantes (incluindo os moradores dos distritos que na época pertenciam à cidade). A cidade contava apenas com 20 anos de emancipação política. Muitos depoimentos mostram que muitas crianças maringaenses na década de 1960 e 1970 deixavam de estudar em detrimento do trabalho. Muitas foram proibidas de continuar os estudos para realizar pequenas tarefas para ajudar os pais. Havia no ideário popular, sobretudo das camadas mais pobres, ainda a ideia de que as meninas não precisavam de estudo, bastava apenas saber realizar os afazeres domésticos. (MORELLI, 2010)

Apesar do discurso nacional de apoio e garantia do acesso das crianças às escolas, isso ainda estava bem distante da realidade. Em Maringá, nas primeiras décadas de sua fundação, teve-se a preocupação em se ampliar as escolas rurais e oferecer educação aos filhos dos primeiros moradores da cidade.

Em um dos trechos das entrevistas realizadas pelo pesquisador Morelli (2010), uma das depoentes diz que frequentou o “prézinho”, a escola era grande, com um parquinho com

balanços, gangorras e escorregadores. Todos os dias havia merenda na escola, que segundo ela era deliciosa. Ele chega a dizer que frequentar a pré-escola na época era questão de luxo, a maioria das crianças não ia. A ida das crianças para a escola, nesse período, era muito difícil, sobretudo para aquelas que moravam nas áreas periféricas da cidade e na zona rural. Muitos enfrentavam trajetos de cinco, seis ou mais quilômetros, passando por meio de pastagens, entre os animais, mata, entre outras dificuldades. Nos dias de chuva as crianças não iam à escola.

Uma das depoentes faz referência a Escola Osvaldo Cruz que na época oferecia a educação infantil e se localizava próximo a Avenida Brasil, nas imediações da Praça Rocha Pombo. Ela se refere à escola pública como ofertadora de educação de boa qualidade. A autoridade também é muito relatada nos depoimentos, os professores eram respeitados, e a disciplina era uma máxima nas escolas, sobretudo nas de ordem religiosa. (MORELLI, 2010)

Segundo o autor, uma rede completa de educação municipal, que incluía da pré-escola até à 8ª série, só se efetivou a partir da década de 1980. Maringá se tornou uma cidade de médio à grande porte. A partir da década de 1970, porém, seus moradores ainda continuam marcados por costumes rurais e interioranos.

O primeiro colégio fundado em Maringá que oferecia educação para as crianças menores de seis anos foi de iniciativa privada e foi fundada em 17 de dezembro de 1952. A referida escola encontra-se em funcionamento até os dias de hoje na cidade de Maringá, atendendo da Educação Infantil ao Ensino Médio. Os dados referentes à história do colégio foram encontrados no site<sup>13</sup> do mesmo, o qual foi dado o nome de Colégio Santa Cruz pelas Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna.

Segundo as informações encontradas no referido site, a Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna chegaram a Maringá no ano de 1951, incumbidas pelo bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud de fundar, na nova cidade, uma instituição educacional. A criação do Colégio Santa Cruz fazia parte do projeto de colonização que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná desenvolvia em Maringá. O terreno onde o Colégio foi construído foi uma doação da Companhia para a congregação. Nesse terreno foram construídas seis salas de aula, sala da diretoria, sala de secretaria, banheiros e um

---

<sup>13</sup> [http://www.colegiosantacruz.com.br/historico\\_2012.asp](http://www.colegiosantacruz.com.br/historico_2012.asp)

galpão para recreio e lazer dos alunos; a construção era toda de madeira. Para ilustrar apresentamos uma foto das primeiras instalações do Colégio Santa Cruz:



14

Ainda segundo informações obtidas no site da instituição, as aulas iniciaram aos vinte dias no mês de março do ano de 1953, e contava com o número de 97 alunos, estando eles organizados em trinta matriculados na pré-escola e sessenta e sete no primário. Relata-se que a procura de vagas, após a inauguração, era grande e muitos alunos oriundos de sítios e fazendas da região também queriam frequentar o colégio. A Congregação de irmãs, já referenciada neste texto, realizou inúmeras campanhas para arrecadar dinheiro, com intuito de adquirir um transporte escolar para que os alunos da zona rural pudessem frequentar o colégio. Em 1950, isso foi possibilitado por meio da compra de uma jardineira.

Com o aumento já mencionado da procura por vagas, o prédio de madeira já não dava conta de atender todos os alunos. Foi então que em 1958 no dia 22 de maio, a colégio mudou de endereço, passando para um prédio de alvenaria, dando início as construções que abrigam o Colégio atualmente. Informações encontradas no site do Colégio Santa Cruz afirmam que, a proposta pedagógica adotada no período pela equipe pedagógica era a de promover a aprendizagem seguindo o ritmo das crianças.

De acordo com Lara (s/d) em seu artigo intitulado “A história da educação pré-escolar no município de Maringá - PR (1950-1980)”:

---

<sup>14</sup> Imagem disponível em: <http://maringahistorica.blogspot.com.br/2012/03/colégio-santa-cruz-1954.html>

A educação pré-escolar do município figurava com grande representação das escolas particulares, que desde os anos 1950 (mais especificamente 1953) trabalhou com esse nível educacional. Até o final dos anos 1960, vão surgindo escolas que atuam com educação pré-escolar. (p.7)

Ainda de acordo com as informações disponíveis no artigo já citado de Lara (s/d), após a fundação do Colégio Santa Cruz, outros colégios, por meio da iniciativa privada foram instituídos em Maringá, oferecendo educação as crianças menores de seis anos. São elas: Adventista (1956), Santo Inácio (1957), Nossa Senhora da Glória (1958), São Francisco Xavier (1963), Regina Mundi (1967), Paraná (1967), Luz Amor (1969).

De acordo com nossa pesquisa, essas foram às primeiras iniciativas realizadas na cidade de Maringá, no que concerne a educação de crianças menores de seis anos. Lamentamos não poder discorrer sobre a história da instituição de cada escola, visto que essas informações seriam enriquecedoras para os leitores. Sobretudo, os interessados em conhecer aspectos relativos à história da Educação no município de Maringá. Porém, pelas limitações desta pesquisa, isso não foi possível.

Apresentaremos, a seguir, breves considerações acerca dos aspectos históricos da Educação Infantil maringaense na década de 1970. Para tanto nos valem das palavras de Lara (s/d), acerca da Educação Infantil nessa década no cenário nacional e paranaense:

Se a educação pré-escolar deixou há "pouco" o seu caráter assistencialista, passando nesse período para uma caracterização compensatória, pressupõe-se que, não havendo preocupação com a educação pré-escolar, no plano legal, as discussões acadêmicas tenderão a apresentar uma carência de conhecimentos teóricos e empíricos, problema esse que tenderá a ser superado nos anos 1980.

O Estado do Paraná seguirá, nos anos 1970, os passos que o país caminhou. As "Práticas Alternativas", que se colocarão em oposição ao saber oficial (desnecessário e alienante), levarão em conta o saber das classes populares e valorizarão a sua cultura. O que surge de novo é a proposta de educação popular. (p. 09)

Seguindo a tendência nacional, as iniciativas educacionais tomadas em Maringá, no que concerne a educação das crianças dos primeiros meses aos seis anos, seguiam a lógica compensatória. De acordo com essa afirmação, reafirmamos nossa crença de que nada ocorre em um espaço a-histórico, e que não podemos analisar a educação de determinado período, lugar, espaço, sem considerarmos o contexto maior em que a mesma esta inserida.

Lara (s/d) afirma que na década de 1970, na cidade de Maringá, o prefeito em exercício Adriano Jose Valente, entre os anos de 1968 a 1972, contribuiu para a ampliação do atendimento das crianças em idade pré-escolar. "Coube a ele a adequação do município no

sentido de aperfeiçoar o setor educacional, criando a infraestrutura necessária para a implantação da nova legislação e investindo na formação profissional e capacitação docente, entre outras iniciativas” (p.11). Acerca das principais medidas tomadas pelo então prefeito de Maringá, Lara (s/d) afirma:

Foi com o respaldo do prefeito Adriano José Valente que se implantou, em 1970, no município, uma proposta de trabalho modelo, nascida com a UPAPE - Unidade Polo de Ação da Pré-Escola. Futuramente esse ensino seria expandido aos bairros periféricos, através da USAPE - Unidade Satélite de Ação da Pré-Escola. Estas duas instituições, aliadas à escola-modelo "Maria da Luz Ribas Machado", seguiram uma linha didática pedagógica voltada para a preparação da criança pré-escolar, por meio do inter-relacionamento família-escola, preparando a criança para uma dimensão de ação comunitária. Para essas unidades escolares, a Secretaria de Educação e Cultura do Município dá total assistência no tocante à merenda escolar, aquisição de materiais técnicos, materiais de manutenção, etc. (p. 11)

A partir dessa iniciativa foi implantado no bairro maringaense “Vila Operária,” a primeira Unidade Polo de Educação na Pré-escola, que atendia, inicialmente, 225 crianças em idade de quatro a seis anos. (LARA (s/d))

Após a gestão de Adriano Jose Valente, assumiu o governo municipal o senhor Silvio Magalhães Barros que se manteve no poder entre os anos 1972 e 1976. Este prefeito teve como uma das preocupações na área educacional, atender às comunidades rurais. Observa-se também, nesse período, o aumento significativo das escolas de educação pré-escolar, tanto no âmbito público, quanto privado. As propostas educacionais das escolas fundadas na década de 1970 variavam entre oferecer assistência e promover o processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se aqui que, em suma, as creches apresentavam caráter assistencialista, enquanto as pré-escolas demonstravam estar preocupadas com o caráter educacional. (LARA (s/d))

O texto de Lara (s/d), já citado neste trabalho, apresenta ao leitor uma tabela onde a autora expõe os nomes das instituições que foram fundadas na cidade de Maringá no período compreendido pela década de 1970. Consideramos enriquecedor para nosso texto, apresentar os dados obtidos por meio da pesquisa desenvolvida por Lara (s/d). Na tabela disponível no texto já mencionado, a autora divide as instituições entre Pré-escolas (privadas e públicas) e Entidades Assistenciais. Esses dados foram obtidos pela pesquisa feita na prefeitura municipal de Maringá e nas próprias instituições. Com os dados encontrados no referido texto, organizamos as seguintes informações:

- Pré-escolas municipais: Benedito de Souza (UPAPE) 1970, Miriam Leila Palandre (USAPE) 1971.

- Pré-escolas particulares: SESC: Recreação infantil 1971, Branca de Neve 1979.
- Pré-escolas públicas: Dirce de Aguiar Maia 1979, São João da Escócia 1979.
- Entidades assistenciais: Creche Menino Jesus 1970, Núcleo Social Papa João XXIII 1972, Associação Roupeiro Santa Rita de Cássia 1973, Obra do Berço de Iguatemi 1975, Patronato Betânia 1975, Recanto do Menor - Centro 1976, Creche Alexandre e Sofia Rasgulaeff 1977, Recanto do Menor - Jardim Alvorada 1977, Lar Nazaré 1977, Creche Dr. Newton Greein 1978, Creche Monsenhor Kimura 1979, Recanto Somos Todos Irmãos 1979, Centro Educacional Betânia 1979, Recanto do Menor - Vila Esperança 1979.

Optamos em nosso trabalho apresentar alguns aspectos relativos à história das Pré-escolas municipais fundadas em Maringá na década de 1970, os dados que serão apresentados a seguir foram obtidos no site da Secretaria de Educação no município de Maringá.

Iniciamos nossa exposição com o Centro Municipal Benedito de Souza que, atualmente, atende crianças dos primeiros meses aos cinco anos, em período matutino, vespertino e integral e está localizado na Avenida Paiçandu. Sua fundação data do dia 26 de junho no ano de 1970. Suas primeiras instalações eram localizadas na Praça da Vila Operária, atual Centro Esportivo. No início de sua instituição atendia crianças entre quatro e seis anos.

Segundo os dados obtidos no site da Secretaria da Educação, a proposta pedagógica da escola era oferecer aos alunos uma boa base para ingressar ao Ensino Fundamental. No ano de 1979, devido às péssimas condições do prédio onde estava instalada, a escola mudou-se de endereço, instalando-se em seu atual endereço.

Ainda de acordo com as informações obtidas, o nome dado à escola foi uma homenagem ao ex guarda da instituição. O nome Benedito de Souza foi dado à escola no dia 6 de julho de 1983. Segundo informações da Secretaria de Educação Maringaense, o senhor Benedito ficou conhecido pela sua dedicação e paciência. Tinha também boa relação com todos os que frequentavam a escola. Para ele a escola era o mais importante de sua vida. Após alguns anos ele foi transferido para outro local de trabalho, e devido a essa mudança, Benedito de Souza adoeceu de saudades da escola e veio a falecer no mês de maio de 1983.

De acordo com as informações obtidas no texto de Lara (s/d), a Escola Municipal Professora Miriam Leila Palandri iniciou seu funcionamento no ano de 1971. E de acordo com os dados da Secretaria de Educação começou atendendo, em caráter experimental, crianças de quatro aos seis anos, como Unidade Satélite de Ação de Pré-escola (USAPE). Sua primeira localização era na Rua Joaquim Nabuco, na zona 04 de Maringá. O nome dado à

escola foi uma homenagem à professora que atuou na rede municipal de educação de Maringá. A homenageada nasceu no ano de 1955, e em 1975 veio a falecer com apenas 25 anos, devido a um câncer.

Atualmente a escola se encontra em reforma para melhorias em sua estrutura. As informações obtidas na Secretaria de Educação do Município são as que as reformas citadas são para garantir maior segurança aos alunos, professores e funcionários da escola, bem como garantir melhores condições pedagógicas.

Além das pré-escolas fundadas em Maringá na década de 1970, foram fundadas como já mencionado neste texto, entidades assistenciais que atendiam, prioritariamente, crianças dos primeiros meses até aos quatro anos, com caráter assistencialista em detrimento dos aspectos pedagógicos. O número de entidades fundadas nesse período foi o de 14 instituições (LARA, s/d).

Consideramos importante apresentar, neste trabalho, algumas considerações históricas referentes às entidades assistenciais que tiveram a origem da sua instituição no período compreendido por nossa pesquisa (nesse caso, a década de 1970).

Acerca da instituição assistencial Creche Menino Jesus, em pesquisa realizada nas referências disponíveis, não encontramos nenhum dado referente à sua história de fundação. Em pesquisa realizada no site<sup>15</sup> da instituição do Núcleo Social Papa João XXIII, encontramos um pequeno texto referente ao seu histórico de instituição. Desse texto destacamos algumas informações que consideramos importantes para nossa pesquisa. Segundo o site de instituição, o objetivo da fundação da referida instituição foi o de abrigar os diversos imigrantes que chegavam à Maringá na busca de melhorias para suas vidas. Foi fundada na data de 09 de dezembro de 1972. A maioria dos imigrantes eram movidos apenas pela ilusão de uma vida melhor, não possuindo recurso algum para se manterem em condições mínimas na cidade. Grande parte dessas famílias era abrigada no Albergue Santa Luiza de Marillac. O Núcleo Social Papa João XXIII oferecia a essas famílias cursos profissionalizantes, que visavam auxiliar na educação e na profissionalização desses indivíduos, bem como assistência aos seus filhos pequenos.

Acerca da história da Associação Roupeiro de Santa Rita de Cássia, encontramos apenas pequenas notas no site da Prefeitura de Maringá, não muito esclarecedoras. De relevante, apenas que a instituição foi criada, como já mencionado, no ano de 1973 por Maria

---

<sup>15</sup> <http://www.nucleosocialpapajoaouxiii.org.br/historico.php>

de Lourdes Grilo Tilia e ofertava às gestantes pobres um kit de natalidade que contava com 40 itens para os recém-nascidos. Após sua fundação, chegou a atender crianças e bebês carentes.

Não obtivemos êxito na pesquisa de dados referentes à Obra do Berço de Iguatemi e ao Patronato de Betânia, ambos fundados em 1975. Ao pesquisar aspectos históricos da Instituição Assistencial Recanto do Menor, inaugurado no dia 11 de julho de 1976, com a direção de Nadyr Penteado Virmond, obtivemos melhores resultados no site da Secretaria de Educação de Maringá, já mencionado neste trabalho. Segundo as informações obtidas, o Recanto do Menor foi fundado no intuito de atender crianças que andavam perambulando nas ruas de Maringá. O terreno de sua primeira sede foi doado pela Prefeitura de Maringá. O Recanto do Menor atendia no início de sua instituição crianças em idade de quatro aos doze anos. Essas crianças eram atendidas em dois períodos. As de quatro aos seis anos ficavam no Recanto em período integral e os maiores de sete anos ficavam na instituição durante meio período, e no outro frequentavam a escola regime regular. Em 25 julho de 1977 foi inaugurado no Jardim Alvorada uma segunda instalação do Recanto do Menor, visando atender o bairro que era considerado carente. As mães trabalhavam fora do lar e as crianças ficavam expostas nas ruas, sujeitas a risco de vida e marginalização.

Segundo as informações obtidas na Secretaria de Educação de Maringá, a terceira unidade do Recanto do Menor foi inaugurada na Vila Esperança, no dia 08 de agosto de 1977. Ainda segundo a Secretaria de Educação de Maringá, a partir do ano de 1994, as três unidades do Recanto do menor passaram a atender em tempo integral crianças entre os quatro meses aos seis anos, e as crianças dos sete aos catorze anos em meio período. Em 2000 passou a integrar a Rede Municipal de Educação Maringaense, sendo nomeadas respectivamente: Centro de Educação Infantil Recanto Menor – Centro, Centro de Educação Infantil do Jardim Alvorada e Centro de Educação Infantil da Vila Esperança. No ano de 2002, a unidade central e a do jardim Alvorada, passam a atender apenas crianças dos primeiros meses aos seis anos. Em 2003 as três unidades juntas passaram a atender 474 em idade pré-escolar. Os dados mais recentes dos Centros são as de que, devido da determinação da obrigatoriedade do Ensino Fundamental de nove anos, os centros de Educação Infantil passaram a atender crianças dos primeiros meses aos cinco anos, em tempo integral, dando preferência às crianças moradoras dos bairros onde as instituições estão localizadas e adjacências.

Outra instituição assistencial fundada na década de 1970 foi a Creche Alexandre e Sophia Rasgulaeff, que está instalada na Alameda João Paulino, no Jardim Alvorada, e foi inaugurada no dia 28 de novembro do ano de 1977. Segundo os dados da Secretaria de

Educação do já referenciado município, o terreno onde a instituição foi construída foi doado pelo casal Alexandre e Sophia Rasgulaeff, que foi nomeado com o nome do casal em homenagem e agradecimento à doação.

Logo após sua fundação, a creche foi administrada pela Associação Comunitária Criança Feliz que era formada por senhoras abastadas de Maringá. A Associação possuía algumas finalidades, como oferecer às crianças da creche um ambiente seguro, uma boa alimentação e com atendimento médico e educacional. Segundo os dados da Secretaria de Educação de Maringá, a creche era mantida por promoções e doações da comunidade local. O texto disponível no site da já referenciada secretaria, afirma ainda que era intuito da creche atender os filhos da comunidade carente e de mães que precisavam trabalhar para obter meios de subsistência.

De acordo com o arquivo de memórias do referenciado colégio, disponível também no site da Secretaria de Educação Maringaense, no início do funcionamento foram atendidos o total de vinte crianças, com idade entre os primeiros meses e os dois anos. No ano posterior o atendimento foi expandido, e crianças entre os quatro e seis anos também passaram a ser atendidas, totalizando o número de 120 crianças beneficiadas pelo atendimento. Acerca as atividades pedagógicas, o arquivo disponível apresenta apenas uma pequena nota que afirma que as mesmas eram elaboradas de acordo com as chamadas datas comemorativas, e eram organizadas pela Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, em consonância com a Associação da Criança Feliz. O enfoque geral da creche, segundo as informações obtidas em fonte já mencionada, eram a saúde, higiene e nutrição. Outra informação que consideramos importante dar destaque é que a creche mantinha-se em funcionamento, deste sua fundação, até às 18h30min para atender as mães trabalhadoras que saíam de seus trabalhos às 18h.

A partir do ano de 2001 a instituição deixa de ser mantida pela Associação Criança Feliz e passa a integrar a Rede Municipal de Ensino de Maringá. Recentemente, a creche passou por uma reforma e ampliação da estrutura. Atualmente tem a capacidade de atender 360 crianças em idade pré-escolar, que se encontram organizadas em treze turmas. Segundo as afirmações do site da Secretaria de Educação Maringaense, o trabalho pedagógico, atualmente, é pautado no lúdico e na afetividade e visa o desenvolvimento pleno dos educandos, segundo a referida fonte.

Em pesquisa inicial realizada nos bancos de informações disponíveis, não encontramos nenhum dado acerca dos aspectos históricos das instituições assistenciais Lar de Nazaré, Recanto Somos Todos Irmãos, Recanto de Betânia e Creche Dr. Newton Greenin.

Pelas limitações sociais e pessoais impostas pela elaboração deste trabalho, não tivemos a oportunidade de visitar as instituições em busca desses dados. O que poderá ser realizado em trabalho posterior a este.

De acordo com os dados disponíveis no site da Secretaria de Educação de Maringá, o atual Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Kimura, localizado na Rua Monsenhor Tanaka, na Vila Emília, foi inaugurado no primeiro dia do mês de setembro do ano de 1979. Sua criação foi fruto da parceria entre a prefeitura do município, o Centro Cultural e Social Francisco Xavier e a Legião Brasileira de Assistência. O nome da creche foi uma homenagem ao Monsenhor Miguel Youchime Kimura, que após chegar ao Brasil no ano de 1958, foi o fundador do Centro Cultural e Social São Francisco Xavier. Ao fundar a instituição, Kimura tinha como sonho maior a criação de uma creche para crianças carentes. Porém, ele morreu antes de realizar seu sonho, que foi realizado por seus sucessores. Ainda segundo a Secretaria de Educação de Maringá, atualmente a creche atende o número de 207 crianças, em idade de quatro meses aos cinco anos. Iniciou suas atividades em 1979, atendendo 30 crianças.

Destacamos aqui que nossa investigação encontrou barreiras na cultura local de não se valorizar o passado da Educação, e de não preservar a memória das gerações que as antecederam. Ao entrarmos em contato com a Secretaria Municipal de Educação de Maringá, foi nos informado que não teríamos êxito na obtenção de fontes históricas, além das disponíveis no site da referenciada secretaria. Foi-nos comunicado que não teríamos acesso aos documentos referentes ao nosso período de pesquisa, pois a secretaria arquivava apenas documentos de quatro anos atrás. Quando questionado do paradeiro dos documentos, não nos foi informado o destino dos mesmos.

Em uma próxima oportunidade de pesquisa, nosso intuito será recorrer às escolas que ofereciam a Educação Infantil no período para traçarmos um panorama mais específico acerca das questões afetas ao ensino pré-escolar no período compreendido por nossa pesquisa.

Por meio das informações apresentadas até o momento em nosso texto, reafirmamos que nada acontece fora da história, e que as ideias dos homens só se materializam dentro de determinado tempo histórico. Percebemos que as escolas de Educação Infantil instituídas em Maringá, deste sua fundação até os anos finais da década de 1970, estavam relacionadas a outros fatores e não só aos educacionais, geralmente políticos e econômicos.

Vale aqui resaltar que Maringá foi uma cidade planejada para ser polo das regiões norte e noroeste do Paraná e cidade modelo para as demais da região. Como o discurso

vigente na época, e na atualidade, era o de que o progresso de uma cidade passa pela educação de seus municípios, na cidade de Maringá, diversas foram às iniciativas, desde sua fundação para a criação de escolas, inclusive para as crianças em idade pré-escolar.

Com o exposto até o momento e com base em nossos estudos, concluímos que as primeiras medidas de atendimento de crianças até os seis anos, foram intrinsecamente ligadas ao clero local, que por meio de escolas confessionais, deu início ao atendimento dos filhos dos primeiros habitantes da cidade de Maringá. Percebemos também que essas iniciativas, apesar de serem louváveis e iniciarem a história das instituições de Educação Infantil no município, não atendiam a demanda total das crianças. Seja pela dificuldade de acesso, tendo em vista que a maioria dos municípios morava na zona rural, e o acesso ao meio “urbano” era demasiadamente difícil, visto que a cidade ainda se encontrava em processo de colonização, e as regiões de mata, ainda predominavam em muitos lugares.

Outro fator que impedia o acesso das crianças ao espaço escolar era a cultura predominante entre os colonos, a de que a pré-escola não era uma etapa de ensino necessário e de que em nada contribuía para o desenvolvimento infantil. Visto que as crianças deveriam ser preparadas para o trabalho, quando homem, e para o casamento, quando mulheres. Segundo os relatos de Morelli (2010), muitos sequer frequentaram os bancos escolares, outros poucos frequentaram o antigo primário, mas não persistiam nos estudos. Uma minoria prosseguia na escola, sendo estes em suma os filhos das famílias abastadas. O acesso das meninas, ainda de acordo com Morelli, era ainda mais dificultado, tendo em vista que a cultura dominante na época, década de 1950 e meados de 1960, era a de que a elas caberiam apenas os afazeres domésticos e um bom casamento.

Vale lembrar ainda que as primeiras escolas que ofereciam Educação Infantil em Maringá, em meados da década de 1960, eram de ordem privada. A maioria da população não possuía recursos para arcar com as despesas, afastando assim, as crianças maringaenses da década de 1960 dos bancos escolares.

Já na década de 1970 o cenário se modifica, seguindo a tendência nacional já relatada neste texto. São fundadas em Maringá as primeiras casas comerciais, fábricas, entre outros estabelecimentos. As mulheres maringaenses ingressam no mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Muitas ocupam empregos de empregadas domésticas, atendentes, operárias, balconistas. Sendo assim, a necessidade de um lugar onde as crianças pequenas possam ser deixadas, enquanto suas mães estão nos trabalhos, é grande. Com isso, como pode ser observado neste texto, são fundadas as primeiras escolas de Educação Infantil

de ordem pública. Algumas medidas relacionadas à caridade também são tomadas no intuito de atender, sobretudo, as crianças carentes e em situação de risco.

Outra questão importante, que consideramos válido destacar neste texto, diz respeito ao currículo adotado pelas primeiras pré-escolas de ordem pública do município. Percebemos, por meio da análise das informações obtidas no site da Secretaria de Educação de Maringá, que as questões pedagógicas eram concentradas em torno das chamadas datas comemorativas e de atividade livres, e que o cuidar sobressaía o ato de educar. Já nas escolas do setor privado, as ideias pedagógicas estavam apoiadas, em suma, das ideias defendidas pelo pedagogo Froebel.

Temos ainda ousadia de afirmar que, apesar de Maringá ser planejada para ser uma cidade modelo em termos educacionais, desde os primórdios, tem-se ainda muito a desejar para que de fato as escolas maringaenses, que atendem a Educação Infantil, sejam de fato modelo para as regiões norte e noroeste do Paraná. Percebemos por meio de nossos estudos e vivências que as questões educacionais são, por muitas vezes, descontínuas e sem compromisso com o ensino e aprendizagem. Afirmamos ainda que as mesmas sofrem os abusos das políticas municipais de governo.

Encerramos este item afirmando que, enquanto não houver por parte da sociedade organizada e dos entes governamentais um compromisso pautado na seriedade com a educação de excelência, nossas crianças continuarão a serem “jogadas” nas escolas de Educação Infantil como se a mesma fosse um depósito, onde os pequeninos ficam para não incomodar. Cabe aqui fazer uso das palavras de Leontiev, em seu livro *O desenvolvimento do psiquismo*, quando o mesmo afirma “O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, as novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação” (p.291). Enquanto a escola não assumir seu papel de local de apropriação do conhecimento historicamente e socialmente produzido pela humanidade, poucos avanços serão observados ao longo da história da educação; e o princípio que deveria nortear a função da escola, que é a emancipação humana, tão pouco será alcançado.

Reafirmamos aqui a importância em se estudar a história da Educação, considerando seu contexto e com objetivo de realizar uma leitura crítica da realidade em vigência. Ousamos dizer ainda que o ato de tomar consciência da realidade, e em nosso caso da realidade da Educação Infantil, seja o primeiro passo para romper com o que está posto e ir contra os ditames inescrupulosos do capitalismo. Com estes estudos iniciais e reflexões a serem

aprimoradas em um momento posterior, encerramos a exposição de dados. Na sequência apresentaremos nossas considerações finais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso se propôs a apresentar aspectos históricos iniciais acerca das instituições educativas destinadas ao atendimento das crianças em idade pré-escolar na cidade de Maringá nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, o trajeto percorrido na elaboração deste texto, teve como embasamento teórico a Ciência da História ou Materialismo Histórico. Nesse sentido, a intenção foi a de apresentar ao leitor breves considerações acerca da instituição da Educação Infantil no cenário mundial, nacional e em nosso Estado. Para enfim, no último item, tecermos informações referentes a história da Educação Infantil maringaense, desde seus primeiros encaminhamentos, ainda no processo de colonização do município, até o término da década de 1970.

Por meio deste estudo, e de outros desenvolvidos ao longo do curso de graduação em Pedagogia e por intermédio do Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação Infantil, foi nos possibilitado o entendimento de que a Educação Infantil maringaense, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, objeto de nossa pesquisa, não pode ser investigada de forma isolada, desconsiderando os aspectos econômicos e políticos vigentes no período e em momentos anteriores, não apenas no cenário regional, mas sim, de forma mais ampla.

Compreendemos e defendemos que a Educação Infantil, como postula Chaves (2010) “deve-se apresentar como espaço de educação por excelência”, ambiente de pleno acesso as mais variadas cores, formas, números, letras, brinquedos, brincadeiras, números, músicas e histórias. Enfim, o que há de mais elaborado em conhecimento humano. Nossa defesa em nada condiz com a Educação empobrecida, e porque não dizer miserável, que vemos se perpetuar por séculos.

Chaves (2008) parafraseando Brecht ainda afirma que:

[...] a organização escolar, independente de sua localização ou do tempo de funcionamento pode ter somente uma de duas orientações: ou limita o sujeito ao seu tempo e ao seu espaço e, assim, minimamente, ensina-lhe códigos, expõe-lhe informações, ou se efetiva como um cenário que instiga para os desafios, ou atua em favor de que todos se apropriem das grandezas da ciência e do belo, materializado por meio da arte, e apresenta as possibilidades de transformação que a história dos homens já mostrou que existem. (p.77)

Tendo em mente o que foi apresentando neste texto até aqui, pode-se dizer que a escola não se apresenta como instituição independente da dinâmica social. Em outras palavras, a escola reflete os acontecimentos da sociedade em que está inserida. Podemos ainda

afirmar que a sociedade é formada por homens, e a escola, tal como se encontra organizada, reflete interesses dos grupos dominantes. Nas palavras de Marx, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante.

Este estudo nos permitiu levantar elementos para pensar a história das instituições de Educação Infantil ao longo da história. Foi possível identificar que a educação destinada às crianças, desde seu primórdio, teve como característica primordial o assistencialismo, em detrimento ao educar. E que os avanços alcançados por esse nível de ensino, foram resultado de lutas e reivindicações da sociedade civil organizada e de homens e mulheres que se ocuparam em defender uma educação de qualidade para as crianças desde a mais tenra idade.

Ao analisar a história da Educação Infantil e vivenciarmos a atualidade das instituições escolares para crianças em idade pré-escolar, foi possível perceber que a realidade atual é determinada pelos aspectos econômicos e políticos. E que a história das gerações passadas, exerce forte influência nas relações humanas das gerações atuais.

Seria ilusório pensar que em uma sociedade capitalista, a instituição escolar refletisse interesses diferentes dos capitalistas. A escola se tornou instrumento da classe dominante para adaptar e alienar os indivíduos, para que estes sejam dóceis ao oferecer suas forças de trabalho em troca de migalhas aos donos dos meios de produção, e isso se comprova ao se estudar a história das instituições escolares.

Gostaríamos de finalizar este trabalho ciente de que a pesquisa desenvolvida se configurou como insuficiente para termos plena compreensão da história da Educação Infantil maringense nas décadas de 1960 e 1970. Porém, postulamos que a mesma apresenta elementos importantes ao leitor sobre essa instância educativa em Maringá, no período compreendido por esta investigação. Afirmamos ainda que, esta pesquisa nos possibilitou reavaliar e resignificar nossa prática pedagógica. Redobrando, dessa forma, nosso compromisso com a educação, e não qualquer educação, mas sim, a de excelência, que transforma os indivíduos em emancipados pela via do conhecimento. Para quem sabe, um dia, rompermos com essa realidade de miséria e de dor e vivermos em uma sociedade que compartilhe, igualmente, não só os bens materiais, mas também os bens culturais. Falamos aqui da tão sonhada por nós, a sociedade comunista.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ordália Alves. **A educação infantil na história: a história na educação infantil.** Disponível em: <http://www.omep.org.br/artigos/palestras/01.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2012.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia geral e Brasil.** 5 ed. São Paulo: Moderna. 2006.
- ARCE, Alessandra. O pedagogo da primeira infância: vida, obra e princípios educacionais de Friedrich Froebel. In: **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P. 35-72.
- BASTOS, Maria C. B.; STEPHONOU, Maria. (org). **Histórias e memórias da educação no Brasil – Século XIX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive (Org). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica 2000. P. 135-149.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 8.069,** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- \_\_\_\_\_. **Lei 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006. 32 p.
- BUJES, Maria Isabel E. Escola Infantil: pra que te quero? In: CLAYDY, Carmem; KAERCHER Glandis E. **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. P. 13-22
- CARDOSO FILHO, R. **O primeiro jardim de infância do Brasil (1862): um lugar de memória?** In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de Historia da Educação. Uberlândia, 2006
- CHAVES, Marta; HAMMERER, Mariana Ferraz Simões; LIMA, Elieuzza Aparecida. Música na Educação Infantil: indagações e possibilidades de intervenções pedagógicas. In: **A função social da escola: das políticas publicas as praticas pedagógicas.** CHAVES, Marta; SETOGUTI, Ruth Izumi (orgs). Maringá: Eduem, 2011.
- CHAVES, Marta. Intervenções pedagógicas e a promoção da aprendizagem da criança: contribuições da psicologia histórico-cultural. In: BARROCO, Sônia Mari Shima; CHAVES, Marta; FAUSTINO, Rosângela Célia (orgs). **Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena: contribuições da teoria histórico-cultural.** Maringá: Eduem, 2008.
- \_\_\_\_\_. Intervenções pedagógicas humanizadoras: possibilidades de praticas educativas com artes e literatura para crianças na educação infantil. In: CHAVES, Marta; MORAES, Silvia Pereira Gonzaga;

SETOGUTI, Ruth Izumi (orgs). **A formação do professor e intervenções pedagógicas humanizadoras**. Curitiba: Instituto Memória: Curitiba, 2010.

CHAVES, Marta. **O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no Estado do Paraná na década de 1960: o caso da Educação no Jardim de Infância**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

COMENIUS, João A. **Didática magna/Comenius**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A construção da cidade de Maringá (1947-1988)**. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13625>. Acesso em 4 maio de 2012.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. **A contribuição dos parques infantis de Mario de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ES/v20n69/a04v2069.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2012.

Haidar, Maria de Lourdes M. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: EDUSP: Editorial Grijalbo, 1972.

HEGETO, Leia de Cássia Fernandes; SCHELBAUER, Anaete Regina. **Historia da Escola Normal Secundaria em Maringá entre as décadas de 1950 e 1970**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 29, p. 159-168, mar. 2008.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Schwarcz, 2005

IBGE. **Paraná** IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_parana\\_pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana_pdf). Acesso em: 24 jun. 2012

KUHLMAN Jr. Moysés. **Historias da educação infantil brasileira**. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14\\_03\\_moyses\\_kuhlmann\\_jr.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_03_moyses_kuhlmann_jr.pdf). Acesso em: 03 de maio de 2012.

LARA, Ângela Mara de B. **Educação pré-escolar profanando o formal: a formalização da educação pré-escolar de 4 a 6 anos, na cidade de Maringá**. 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

\_\_\_\_\_. **A história da educação pré-escolar no Município de Maringá-pr (1950-1980)**.

LEONTIV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 1. Ed. São Paulo: Moraes, s/d.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **A influência do UNICEF e da UNESCO na Educação Infantil brasileira contemporânea**. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art09\\_art09\\_35.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art09_art09_35.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2012

MACHADO, Maria Cristina Gomes; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A educação infantil no estado do Paraná: a história como ponto de partida**. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2008/pdf/c037.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c037.pdf). Acesso em: 06 ago, 2012.

MORELLI, Ailton Jose. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Laboratório de Apoio e a Pesquisa Histórica da Infância e da Adolescência – LAPHIA.** Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300084889\\_ARQUIVO\\_AiltonJoseMorelli.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300084889_ARQUIVO_AiltonJoseMorelli.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2012.

NORONHA, Olinda Maria. **A renovação conservadora no campo educacional pós-colonial e sua expressão nos manuais de ensino:** Algumas considerações preliminares sobre a “Pedagogia e Methodologia” do Pe. Camillo Passalacqua (1887). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000.** RJ: Consultor, 1996.

PARANÁ, DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL; COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Orientações para (re) elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil.** Curitiba, 2006. p. 9-12.

PASCHOAL, Jaqueline D. **Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná.** 2010. 234 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

\_\_\_\_\_. **A educação infantil no Paraná: o início da história.** Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5369\\_2905.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5369_2905.pdf). Acesso em 09 jun. 2012.

PASQUINI, A. S.; PERIOTTO, M. R. **Fontes para a história da educação em Maringá:** A influencia da Igreja Católica na educação nas décadas de 1960 e 1970. In: Anais VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas, SP: 2006.

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa:** análise de traduções de Lev Semionovith Vigotski no Brasil, repercussões no campo educacional. 2010. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RECO, Rogério. **A sombra dos ipês da minha terra.** Londrina: Midiograf, 2005.

SANCHES, Antenor. **Maringá, outrora e agora.** Maringá: Bertoni, 2006.

SANTOS, Isis Flora. **Como se deu o percurso da educação infantil no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX?** Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/46IsisFloraSantos.pdf>. Acesso em 23 de ago. de 2012.

SILVA, Carmen Virginia Moraes. **Faz de com que eu brinco:** O comparecimento da brincadeira na educação infantil da rede publica de Vitoria da Conquista – Bahia. 2007. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOUZA, Gizele de. **História da Educação Infantil no Paraná:** os jardins de infância públicos em cena no limiar das primeiras décadas do século XX. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT07-5901--Int.pdf>. Acesso em 06 de ago de 2012.

TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira.** São Paulo: IBRASA, 1986.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **História da educação, fontes e a imprensa.** Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art04\\_40.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art04_40.pdf). Acesso em 3 de set. de 2012.